



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão Diretora do Senado Federal (CDIR)

Data da reunião: 09/04/2024

Presidente: Senador Rodrigo Pacheco

1ª Parte - REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	REQ 5/2023 - CRA Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, André de Paula, informações sobre a Portaria Interministerial MPA/ MMA nº 1, de 28 de fevereiro de 2023, que "estabelece a Autorização de Pesca Especial Temporária, o limite de embarcações de pesca, as cotas de captura e as medidas de monitoramento e controle para a temporada de pesca da tainha (Mugil liza) do ano de 2023, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil". Autoria: Senador Jorge Seif e outros [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Requerimento ao ministro da Pesca e Aquicultura de informações sobre a Portaria Interministerial MPA/ MMA nº 1, de 28 de fevereiro de 2023, que "estabelece a Autorização de Pesca Especial Temporária, o limite de embarcações de pesca, as cotas de captura e as medidas de monitoramento e controle para a temporada de pesca da tainha (Mugil liza) do ano de 2023, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil", em especial: a) os estudos e pareceres técnicos que fundamentaram o inciso I do art. 3º da Portaria, que fixou em zero a cota de captura para a modalidade de permissionamento de cerco/traineira, que tem como área de operação o mar territorial e Zona Econômica Exclusiva (ZEE) das regiões Sudeste e Sul do Brasil; b) os estudos e pareceres técnicos que fundamentaram o inciso II do art. 3º da Portaria, que fixou a cota de captura em 460 toneladas para a modalidade de permissionamento de emalhe anilhado do estado de Santa Catarina, que tem como área de operação o mar territorial das regiões Sudeste e Sul do Brasil; c) a lista dos órgãos e instituições públicas ou privadas que foram consultados, incluindo os sindicatos e associações ligadas ao setor de pesca, universidades e centros de pesquisa, bem como as empresas localizadas na região afetada pela portaria; e d) os dados estatísticos e estudos econômicos que avaliaram o impacto social e na renda sobre o setor pesqueiro, em especial o de Santa Catarina.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
2	REQ 6/2023 - CCDD Ementa: Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações informação referente à outorga da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2019. Autoria: Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) [tramitação] Não Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação	Requerimento ao ministro das Comunicações de informação referente à outorga da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM, especificamente a confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais. O presente Requerimento visa instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2019. Se aprovado o Requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDL, nos termos do art. 216, IV, do Regimento Interno do Senado Federal.
3	REQ 7/2023 - CCDD Ementa: Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja solicitada ao ministro de estado das Comunicações informação referente ao processo de renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária de Santa Luzia do Paruá para executar serviço de radiodifusão comunitária em Santa Luzia do Paruá, estado do Maranhão, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2021. Autoria: Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Requerimento ao ministro das Comunicações de informação referente ao processo de renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária de Santa Luzia do Paruá para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Luzia do Paruá/MA, de que trata o PDL nº 454, de 2021, especificamente esclarecimento quanto à tempestividade do pedido de renovação da outorga aprovada pelo Decreto Legislativo nº 418, de 12 de agosto de 2004, uma vez que a solicitação da entidade somente teria sido recebida pelo Ministério das Comunicações em 27 de agosto de 2014. O presente requerimento visa a instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2021. Se aprovado o requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDL, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.
4	REQ 10/2023 - CCDD Ementa: Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à renovação da autorização outorgada à Associação Doulos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Colinas do Tocantins, Estado de Tocantins, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 464, de 2021. Autoria: Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) [tramitação] Não Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação	Requerimento ao ministro das Comunicações de informações referentes à outorga da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Doulos, especificamente: o estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas; o comprovante de nacionalidade e de maioria dos dirigentes; - o último relatório do Conselho Comunitário; a declaração, assinada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento; a confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais; e a confirmação da inexistência da aplicação de pena de revogação da autorização por decisão administrativa definitiva. O presente Requerimento visa instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 464, de 2021. Se aprovado o Requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDL, nos termos do art. 216, IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
5	REQ 13/2023 - CCDD Ementa: Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE RÁDIODIFUSÃO TAPERA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chorrochó, Estado da Bahia, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 627, de 2019. Autoria: Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) [tramitação] Não Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação	Requerimento ao ministro das Comunicações de informações referentes à outorga da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Comunitária E Cultural De Radiodifusão Tapera FM, especificamente: cópia do requerimento de outorga, assinado pelos dirigentes da entidade, declarando que todos possuem bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei da Ficha Limpa) e comprovação das alterações do estatuto social da entidade recomendadas pela Consultoria Jurídica do Ministério, por meio do Parecer nº 00535/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, de 17 de maio de 2017. O presente Requerimento visa instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 627, de 2019. Se aprovado o Requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDL, nos termos do art. 216, IV, do Regimento Interno do Senado Federal.
6	REQ 16/2023 - CCDD Ementa: Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Cultural e Social Borboremense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Borborema, Estado de São Paulo, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 558, de 2021. Autoria: Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Requerimento ao ministro das Comunicações de informações referentes à renovação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Comunitária Beneficente Cultural e Social Borboremense, especificamente: situação da entidade no que diz respeito ao débito de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); situação da entidade no que diz respeito aos processos de apuração de infrações ativos; e confirmação da inexistência da aplicação de pena de revogação da autorização por decisão administrativa definitiva. O presente requerimento visa a instruir o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 558, de 2021. Se aprovado o requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDL, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.
7	REQ 17/2023 - CCDD Ementa: Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas ao ministro de estado das Comunicações informações referentes ao processo de renovação da autorização outorgada à Associação Beneficente e Comunitária do Movimento Sócio-Cultural e Educativo de Itatim - ABCCI para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Itatim, estado da Bahia, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 683, de 2019. Autoria: Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) [tramitação] Não Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação	Requerimento ao ministro das Comunicações de informações referente ao processo de renovação da autorização outorgada à Associação Beneficente e Comunitária do Movimento Sócio-Cultural e Educativo de Itatim (ABCCI) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itatim/BA, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 683, de 2019, especificamente cópia da ata de eleição da diretoria da entidade com mandato entre 15 de junho de 2017 e 15 de junho de 2021 e comprovantes de maioria e nacionalidade de todos os seus integrantes, nos termos do art. 130, incisos III e IV, da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, do Ministério das Comunicações. O presente Requerimento visa instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 683, de 2019. Se aprovado o Requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDL, nos termos do art. 216, IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
8	REQ 18/2023 - CCDD Ementa: Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações informação referente à autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO E RÁDIO COMUNITÁRIA AMIGOS DO BAIRRO DOS PRADOS – SATÉLITE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peruíbe, Estado de São Paulo, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 286, de 2015. Autoria: Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) [tramitação] Não Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação	Requerimento ao ministro das Comunicações a seguinte informação referente à autorização outorgada à Associação e Rádio Comunitária Amigos do Bairro dos Prados (Satélite) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Peruíbe/SP, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 286, de 2015, especificamente confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais. O presente Requerimento visa instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2015. Se aprovado o Requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDS, nos termos do art. 216, IV, do Regimento Interno do Senado Federal.
9	REQ 20/2023 - CCDD Ementa: Requer seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações informação referente à renovação da concessão outorgada à RÁDIO PANAMERICANA S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 159, de 2018. Autoria: Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Requerimento ao ministro das Comunicações de informação referente à renovação da concessão outorgada à Rádio Panamericana S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de São Paulo/SP, especificamente a relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que controla o referido serviço de radiodifusão. O presente requerimento visa instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2018. Se aprovado o requerimento, ficará interrompida a sua tramitação, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.
10	REQ 21/2023 - CCDD Ementa: Requer seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações informação, referente à autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VICENTINA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vicentina, Estado do Mato Grosso do Sul, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 534, de 2019. Autoria: Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Requerimento ao ministro das Comunicações de informação referente à autorização outorgada à Associação Comunitária Vicentina para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vicentina/MS, especificamente o histórico da composição da diretoria da entidade, desde 2012 até a presente data. O presente requerimento visa instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 534, de 2019. Se aprovado o requerimento, ficará interrompida a sua tramitação, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
11	REQ 22/2023 - CRA Ementa: Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário, Luiz Paulo Teixeira, informações sobre os resultados obtidos com o Convênio nº 121/PGE-2020 do INCRA com o Governo do Estado de Rondônia. Nesses termos, requisita-se: 1. Plano de trabalho; 2. O parecer técnico, quanto à execução física e atendimento dos objetivos do Convênio; 3. Relatório de execução físico/financeiro, destacando o desembolso de recursos financeiros por parte da União; 4. Relação dos bens e serviços produzidos ou construídos com os elementos recebidos do Estado. Autoria: Senador Jaime Bagattoli [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Requerimento ao ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar de informações sobre os resultados obtidos com o Convênio nº 121/PGE-2020 do INCRA com o Governo de Rondônia, em especial: a) o plano de trabalho; b) o parecer técnico, quanto à execução física e atendimento dos objetivos do Convênio; c) o relatório de execução físico/financeiro, destacando o desembolso de recursos financeiros por parte da União; e d) a relação dos bens e serviços produzidos ou construídos com os elementos recebidos do Estado.
12	REQ 23/2023 - CCDD Ementa: Requer seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações informação referente à renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária Clóvis Manica para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 537, de 2021. Autoria: Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) [tramitação] Não Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação	Requerimento ao ministro das Comunicações de informação referente à renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária Clóvis Manica para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Antônio Prado/RS, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 537, de 2021, especificamente confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais. O presente Requerimento visa instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2021. Se aprovado o Requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDL, nos termos do art. 216, IV, do Regimento Interno do Senado Federal.
13	REQ 26/2023 - CRE Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Relações Exteriores, Embaixador Mauro Viera, informações sobre a Carta Adicional que a União Europeia encaminhou ao Mercosul para punir os países que não cumprirem metas estabelecidas pelo Acordo de Paris. Autoria: Senador Esperidião Amin [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento ao ministro das Relações Exteriores de informações sobre a Carta Adicional que a União Europeia encaminhou ao Mercosul para punir os países que não cumprirem metas estabelecidas pelo Acordo de Paris. As informações solicitadas são a Carta Adicional da União Europeia introduzindo penalidades às Nações que não cumprirem as metas climáticas traçadas no Acordo de Paris de 2015 e informações sobre a contraproposta do Brasil.

Consultoria Legislativa do Senado Federal

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão Diretora do Senado Federal (CDIR)

Data da reunião: 09/04/2024

6

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
14	REQ 27/2023 - CSP Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministra Rosa Weber, informações sobre o número de pessoas que se encontram cumprindo pena pelos crimes descritos na Lei nº 13.142 de 2015. Autoria: Senador Flávio Bolsonaro [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação com emendas	Requerimento à presidência do Conselho Nacional de Justiça de informações sobre o número de pessoas que se encontram cumprindo pena pelos crimes descritos na Lei nº 13.142, de 2015 (lei do aumento da pena nos crimes de homicídio e lesão corporal contra agentes públicos). O requerimento se fundamenta no inciso quinto do § 2º do art. 58 da Constituição Federal (CF) e no inciso quinto do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), segundo os quais compete às comissões "solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão". Considerando que a proposição não solicita depoimento, e sim, informações, o relator propõe a sua conversão em requerimento de informações, endereçando-o ao ministro da Justiça e Segurança Pública, a quem está subordinada a Secretaria Nacional de Políticas Penais, que detém as informações desejadas. O relatório é pela aprovação e endereçamento das informações ao Ministro de Estado de Justiça e Segurança Pública.
15	REQ 28/2023 - CRE Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, informações referentes à implementação, por sua Pasta, das atividades a ela atribuídas no Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança, na condição de instituição líder ou de instituição envolvida. Autoria: Senadora Mara Gabrilli e outros [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Requerimento ao ministro da Justiça e Segurança Pública de informações referentes à implementação das atividades ao respectivo ministério no Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança [PNAMPS], na condição de instituição líder ou de instituição envolvida, com base nos seguintes quesitos: a) quadro comparativo com o número de homens e mulheres policiais civis, militares e federais de carreira, incluindo também recorte para posições de direção, desde o ano de 2009; b) informações sobre homens e mulheres policiais brasileiras atuando em missões individuais e compondo os contingentes nas operações de manutenção da paz e missões políticas especiais das Nações Unidas e de outros organismos internacionais, desde o ano de 2009; c) quadro comparativo com o número de homens e mulheres policiais, incluindo também recorte para posições de comando, referente ao item anterior; d) informações sobre políticas de incentivo à participação de mulheres policiais em missões e operações de paz; e) indicação se conteúdos da Agenda "Mulheres, Paz e Segurança", voltados à promoção de um ambiente marcado pela igualdade de gênero, estiveram presentes no conteúdo programático dos cursos de formação e pós-formação de policiais, desde o ano de 2009; f) informações sobre iniciativas de divulgação de documentos internacionais sobre a Agenda "Mulheres, Paz e Segurança" e pesquisas conduzidas ou apoiadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública; g) apresentação dos resultados obtidos a partir das indicações do PNAMPS de: (i) realização de "diagnóstico sobre os principais desafios práticos enfrentados por mulheres policiais" e (ii) análise de experiências e boas práticas na experiência comparada que permitam mitigar tais desafios práticos; h) informações sobre as iniciativas e os mecanismos de controle interno, baseados no PNAMPS, implementados no âmbito das Polícias Civis, Militares e Federal; i) informações sobre as medidas adotadas para ampliar o ingresso e a promoção de mulheres nas carreiras policiais e indicação de normas legais e infralegais, federais e estaduais, de regência sobre o tema; j) informações sobre a participação de mulheres nas instâncias decisórias sobre políticas de refúgio no Brasil, com quadro comparativo em relação à participação masculina, desde o ano de 2009; k) informações sobre a incorporação de perspectiva de gênero e da Agenda "Mulheres, Paz e Segurança" nas medidas de implementação e capacitação no marco do sistema de refúgio brasileiro; e l) informações sobre medidas para promover a educação, a inserção social e econômica e o empoderamento das mulheres e meninas refugiadas.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
16	REQ 29/2023 - CRE Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Defesa, informações referentes à implementação, por sua Pasta, das atividades a ela atribuídas no Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança, na condição de instituição líder ou de instituição envolvida. Autoria: Senadora Mara Gabrilli e outros [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Requerimento ao ministro da Defesa de informações referentes à implementação das atividades atribuídas ao respectivo ministério no Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança [PNAMPS], na condição de instituição líder ou de instituição envolvida, especialmente: a) quadro comparativo com o número de homens e mulheres militares de carreira, incluindo também recorte para posições de chefia, desde o ano de 2009; b) informações sobre homens e mulheres militares brasileiras atuando em missões individuais e compondo os contingentes nas operações de manutenção da paz e missões políticas especiais das Nações Unidas e de outros organismos internacionais, desde o ano de 2009; c) quadro comparativo com o número de indicações masculinas e femininas, incluindo também recorte para posições de liderança, referente ao item anterior; d) informações sobre políticas de incentivo à participação de mulheres militares em missões e operações de paz; e) informações sobre as medidas adotadas para ampliar o ingresso e a promoção de mulheres nas Forças Armadas e indicação de normas legais e infralegais de regência sobre o tema; f) informações sobre adaptações logísticas promovidas para receber adequadamente mulheres em instituições militares; g) indicação se conteúdos da Agenda “Mulheres, Paz e Segurança”, voltados à promoção de um ambiente marcado pela igualdade de gênero, estiveram presentes no conteúdo programático dos cursos de formação e pós-formação de militares, desde o ano de 2009; h) apresentação dos resultados obtidos a partir das indicações do PNAMPS de: (i) realização de “diagnóstico sobre os principais desafios práticos enfrentados por mulheres militares” e (ii) análise de experiências e boas práticas na experiência comparada que permitam mitigar tais desafios práticos; i) indicação de ações e projetos apoiados pelo Brasil em operações de paz para o empoderamento de meninas e mulheres locais; j) informações sobre a atuação brasileira no contexto da transversalização de gênero na execução dos mandatos das operações de paz e missões políticas especiais; k) informações sobre medidas de capacitação para ações de proteção da população local contra a violência baseada em gênero, inclusive para exercer função de ponto focal de gênero, no âmbito de operações de manutenção da paz e missões políticas especiais; l) informações sobre a implementação da política de tolerância zero das Nações Unidas entre militares brasileiros desdobrados em operações de paz e missões políticas especiais; m) informações sobre iniciativas de divulgação de documentos internacionais sobre a Agenda “Mulheres, Paz e Segurança” e pesquisas conduzidas ou apoiadas pelo Ministério da Defesa ou pelas Forças Armadas sobre o tema; n) informações sobre as iniciativas e os mecanismos de controle interno, baseados no PNAMPS sob avaliação, implementados no âmbito do Ministério da Defesa e das Forças Armadas.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
17	REQ 30/2023 - CRE Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, informações referentes à implementação, por sua Pasta, das atividades a ela atribuídas no Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança, na condição de instituição líder ou de instituição envolvida. Autoria: Senadora Mara Gabrilli e outros [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Requerimento ao ministro das Relações Exteriores de informações referentes à implementação das atividades atribuídas ao respectivo ministério no Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança [PNAMPS], na condição de instituição líder ou de instituição envolvida, especialmente: a) quadro comparativo com o número de homens e mulheres diplomatas do Ministério das Relações Exteriores, incluindo também recorte para posições de chefia (cargos em comissão e funções comissionadas de direção – código 1, bem como chefias de repartições no exterior), desde o ano de 2009; b) informações sobre homens e mulheres diplomatas que ocuparam cargos relacionados à paz e segurança internacionais na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, desde o ano de 2009; c) quadro comparativo com o número de diplomatas homens e mulheres, incluindo também recorte para cargos em comissão e funções comissionadas de direção (código 1), referente ao item anterior; d) informações sobre as indicações de homens e mulheres brasileiras para ocupar cargos relacionados à paz e segurança internacionais em organizações internacionais, desde o ano de 2009; e) quadro comparativo com o número de indicações masculinas e femininas, incluindo também recorte para posições de liderança, referente ao item anterior; f) informações sobre cursos e atividades de capacitação oferecidos para servidores e sociedade civil sobre paz e segurança, desde o ano de 2009; g) indicação se conteúdos da Agenda “Mulheres, Paz e Segurança” estiveram presentes no conteúdo programático dos cursos e atividades de capacitação referidos no item anterior, bem como nos cursos de remoção, formação e aperfeiçoamento da carreira, desde o ano de 2009; h) informações sobre iniciativas de divulgação de documentos internacionais sobre a Agenda “Mulheres, Paz e Segurança” e pesquisas conduzidas ou apoiadas pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o tema; i) informações sobre a criação e/ou implementação de mecanismos que estimulem o ingresso, a ascensão e a permanência de mulheres diplomatas na carreira, incluindo medidas de apoio à família e percentuais de igualdade de gênero, e indicação de normas legais e infralegais sobre o tema; j) informações sobre a presença de perspectiva de gênero no desenho, na implementação e na avaliação de projetos de cooperação internacional, notadamente em matéria humanitária; k) informações sobre a participação brasileira na Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas, em temas afetos à Agenda “Mulheres, Paz e Segurança”; l) informações sobre as iniciativas e os mecanismos de controle interno, baseados no Pnamps, implementados no âmbito do Ministério das Relações Exteriores; m) informações sobre a implementação do sítio eletrônico do Pnamps e sobre as manifestações da sociedade civil recebidas pelo Ministério das Relações Exteriores a respeito do tema.
18	REQ 36/2023 - CRE Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, informações sobre os conflitos entre Venezuela e Guiana. Autoria: Senador Esperidião Amin e outros [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Requerimento ao ministro das Relações Exteriores de informações sobre os conflitos entre Venezuela e Guiana, especialmente: a) quais são as medidas diplomáticas que o Brasil está tomando para dialogar com os governos da Venezuela e da Guiana; b) se o Brasil está considerando a possibilidade de enviar tropas para a região; e c) se o Brasil está trabalhando para fortalecer a cooperação regional para a prevenção de conflitos na América do Sul.

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
19	RQS 57/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Rui Costa dos Santos, informações sobre a retomada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciada pelo senhor Presidente da República. Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação	Requerimento ao ministro chefe da Casa Civil da Presidência da República de informações sobre a retomada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciada pelo Presidente da República, em especial: a) cronograma de ação, com indicação de atividades, prazos e áreas desta Casa Civil responsáveis pela elaboração do novo PAC; b) se a Casa Civil realizará uma avaliação do PAC (avaliação <i>ex post</i>) quando implementado a partir de 2007 e em caso positivo, informar o calendário previsto de execução da avaliação; em caso negativo, quais as medidas serão adotadas para se superar as fragilidades e se cumprir as recomendações de CGU e TCU exaradas sobre o Programa; c) se a Casa Civil realizará uma análise prévia (<i>ex ante</i>) da elaboração do (novo) Programa e em caso positivo, informar o calendário previsto de execução da avaliação; e d) se a pasta realizará análise de riscos do (novo) Programa, a partir de alguma metodologia consagrada de gestão de riscos e em caso positivo, informar qual metodologia e o calendário previsto para essa análise.
20	RQS 111/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Casa Civil, Rui Costa, informações sobre a edição da Medida Provisória – MPV nº 1.163, de 28 de fevereiro de 2023, que "dispõe sobre a redução das alíquotas de contribuições incidentes sobre operações realizadas com gasolina, álcool, gás natural veicular e querosene de aviação". Autoria: Senador Rogerio Marinho [tramitação] Não Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação	Requerimento ao ministro da Casa Civil, Rui Costa de informações sobre a edição da Medida Provisória (MPV) nº 1.163, de 28 de fevereiro de 2023, que reduz alíquotas de contribuições incidentes sobre operações realizadas com gasolina, álcool, gás natural veicular e querosene de aviação. São requisitados: a) os atos preparatórios apensados ao Sistema de Geração e Tramitação de Documentos – SIDOF da referida Medida Provisória, tais como: Pareceres de Mérito, Notas Técnicas e Pareceres Jurídicos; b) eventuais documentos/comunicações efetuados com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e com o Ministério de Minas e Energia, acerca da discussão/anuência do mérito da MPV nº 1.163, de 2023; e c) memórias de cálculo que subsidiaram as alterações e implementações de alíquotas propostas na MPV nº 1.163, de 2023.
21	RQS 227/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, informações sobre impasse entre os produtores e comerciantes do caroço do açaí torrado e moído como alimento e os órgãos de controle e fiscalização. Autoria: Senador Jaime Bagattoli [tramitação] Não Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação	Requerimento ao ministro da Agricultura e Pecuária de informações sobre impasse entre os produtores e comerciantes do caroço do açaí torrado e moído como alimento e os órgãos de controle e fiscalização, em especial: a) se existe algum processo de solicitação de regulamentação para utilização como alimento do caroço de açaí torrado e moído e em caso positivo, qual o status da tramitação; b) qual o óbice na comercialização do caroço de açaí torrado e moído como alimento, caso seja utilizada outra forma de comercialização (e não o café do açaí); c) quais os procedimentos necessários para que produtores e comerciantes do caroço de açaí torrado e moído possam comercializar legalmente o produto; e d) se existe alguma discussão no âmbito do Governo Federal sobre a comercialização do caroço do açaí torrado e moído, e em caso positivo, qual o status da discussão.
22	RQS 283/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, informações sobre terras indígenas existentes no estado do Pará. Autoria: Senador Zequinha Marinho [tramitação] Não Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação	Requerimento à ministra dos Povos Indígenas de informações sobre terras indígenas existentes no Estado do Pará, detalhando-se: a) quantas e quais são as terras indígenas homologadas e regularizadas junto à Secretaria de Patrimônio da União no Pará; b) qual é a área total e de cada uma dessas terras; c) quantas e quais são as etnias que ocupam essas terras; d) quantos e quais são os municípios afetados pela regularização das terras indígenas no Pará; e) qual é o tamanho das áreas desses municípios ocupadas por terras indígenas; f) qual é a densidade populacional de cada uma das terras indígenas regularizadas no Pará; g) quantas portarias de interdição de potenciais áreas indígenas existem no Pará; h) qual o tamanho das respectivas áreas pretendidas e desde quando foram interditadas; e i) qual o tamanho e qual é a localização das áreas que se encontram com o status de delimitadas e demarcadas.

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
23	RQS 302/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado das Mulheres, Aparecida Gonçalves, informações sobre a Lei nº 14.541, de 3 de abril de 2023, que dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de delegacias especializadas de atendimento à mulher. Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação com emendas	Requerimento à ministra das Mulheres de informações sobre a Lei nº 14.541, de 2023, que dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de delegacias especializadas de atendimento à mulher, com o seguinte detalhamento: a) como o Ministério das Mulheres pretende contribuir para o efetivo cumprimento dessa legislação pelos estados brasileiros, detalhando-se as ações a serem executadas, com indicação de cronograma de execução e investimento a ser realizado; b) se será criado e divulgado protocolo específico e padronizado de atendimento às mulheres nesses equipamentos; c) se o Ministério da Mulheres atuará no treinamento dos policiais para permitir o acolhimento das vítimas de maneira eficaz e humanitária, detalhando-se a estratégia planejada para essa capacitação com indicação de cronograma de execução e investimento a ser realizado; e d) se já há normas técnicas de padronização estabelecidas para a criação das Deam; em caso positivo, que sejam disponibilizadas; em caso negativo, se há plano de ação para elaboração e divulgação dessas normas, com indicação de prazos por ação e, se aplicável, investimento a ser realizado. O relator propõe a aprovação com emenda para modificar o primeiro questionamento, a fim de se evitar a interpretação de que ele interroga o Ministério sobre propósito a ser tomado.
24	RQS 303/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino de Castro e Costa, informações sobre a Lei nº 14.541, de 3 de abril de 2023, que dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de delegacias especializadas de atendimento à mulher. Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação	Requerimento ao ministro da Justiça e Segurança Pública, no contexto da recente aprovação da Lei nº 14.541, de 2023, que dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deam), das seguintes informações: a) como o Ministério da Justiça e Segurança Pública pretende contribuir para o efetivo cumprimento dessa legislação pelos estados brasileiros, informando as ações a serem executadas, com indicação de cronograma de execução e investimento a ser realizado; b) se será criado e divulgado protocolo específico e padronizado de atendimento às mulheres nesses equipamentos; c) se o Ministério atuará no treinamento dos policiais para permitir o acolhimento das vítimas de maneira eficaz e humanitária; em caso positivo, informar a estratégia planejada para essa capacitação com indicação de cronograma de execução e investimento a ser realizado; d) se já há normas técnicas de padronização estabelecidas para a criação das Deam; em caso positivo, disponibilizar as informações; em caso negativo, informar plano de ação para elaboração e divulgação dessas normas, com indicação de prazos por ação e, se aplicável, investimento a ser realizado; e) quais as medidas serão adotadas pelo Ministério para que os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) destinados aos Estados possam ser utilizados na criação das Deam.
25	RQS 355/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, informações sobre dados do Censo Agropecuário 2017. Autoria: Senador Beto Faro [tramitação] Não Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação	Requerimento ao ministro da Fazenda de informações, mediante planilhas eletrônicas no formato “Excel”, sobre dados do Censo Agropecuário 2017, quais sejam: a) número e área dos estabelecimentos agropecuários; b) número e área por estabelecimentos familiares e não familiares, sendo o total e a especificação por unidades federativas e municípios; c) participação dos estabelecimentos familiares e não familiares na produção total de soja, milho, arroz, feijão, mandioca, horticultura, leite, banana, laranja, maçã; efetivos bovino, suíno e caprino; d) receitas obtidas pela agricultura familiar e não familiar; e e) pessoal ocupado por agricultura familiar e não familiar.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
26	RQS 356/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Agricultura e Pecuária, informações sobre o mercado de produtos agrotóxicos e fertilizantes químicos. Autoria: Senador Beto Faro [tramitação] Não Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação	Requerimento ao ministro da Agricultura e Pecuária de informações sobre o mercado de produtos agrotóxicos e fertilizantes químicos, especificamente: a) evolução do número total de registros de produtos agrotóxicos deferidos, pelos respectivos graus de toxicidade, de 2005 a 2022; b) evolução, em moeda nacional, ou dólar, do mercado estimado de produtos agrotóxicos no Brasil; do volume de cada categoria de agrotóxicos utilizados, por cultura e UF, de 2010 a 2020; c) relação dos princípios ativos de produtos agrotóxicos atualmente permitidos no Brasil, proibidos ou banidos nos EUA e na União Europeia; e d) evolução das importações e da produção nacional de fertilizantes químicos, por categoria, de 2000 a 2022.
27	RQS 360/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, informações sobre o Programa Bolsa Família. Autoria: Senador Beto Faro [tramitação] Não Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação	Requerimento ao ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, de informações em planilha "Excel" sobre o número de benefícios do Programa Bolsa Família suspensos em função do recebimento de seguro defeso, com detalhamento por município e unidade federativa, contendo número de famílias e valor suspenso, por ano, no período de 2010 a 2022
28	RQS 373/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Chefe de Gabinete do Gabinete Pessoal do Presidente da República, Marco Aurélio Santana Ribeiro, informações sobre a primeira viagem oficial do Presidente da República à Europa. Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação	Requerimento ao chefe de gabinete do Gabinete Pessoal do Presidente da República de informações sobre a primeira viagem oficial do Presidente da República à Europa, com o seguinte detalhamento: a) motivação detalhada da viagem a Portugal e à Espanha; b) lista de servidores por Ministério/ órgão federal, com nome completo e cargo, que viajaram com o Presidente para Portugal e/ ou para a Espanha; c) agenda de compromissos nos dois países, com indicação de data, hora, autoridades presentes, e pauta por compromisso; e d) valor dispendido com deslocamento, estadia, diárias, e, se houver, despesas com cartões corporativos.
29	RQS 628/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, informações sobre R\$ 510,8 milhões (o equivalente a 97% das despesas totais) em contratos realizados sem licitação pelo Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. Autoria: Senador Eduardo Girão [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento ao ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional de informações sobre R\$ 510,8 milhões (o equivalente a 97% das despesas totais) em contratos realizados sem licitação pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
30	RQS 669/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Renan Filho, esclarecimentos sobre compromissos e prazos para a restauração de duas rodovias federais, a BR-267 e a BR-262. Autoria: Senador Nelsinho Trad [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento ao ministro dos Transportes de esclarecimentos sobre compromissos e prazos para a restauração de duas rodovias federais, a BR-267 e a BR-262.
31	RQS 758/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Camilo Sobreira de Santana, informações sobre o cumprimento da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Não Terminativo	Senador Weverton	Pela aprovação	Requerimento ao ministro da Educação de informações e de envio de documentos relacionados ao cumprimento da Lei nº 13.935, de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, com o seguinte detalhamento: a) instrumentos ou sistemática utilizada pelo Ministério da Educação (MEC) para monitorar o cumprimento da Lei nº 13.935, de 2019; b) estágio atual de cumprimento da norma em tela nas redes públicas federal, estaduais e municipais; c) eventuais estudos realizados ou financiados pelo MEC sobre: c.1 modelos de organização mais adequados de equipes multiprofissionais previstas na lei; e c.2 impactos da atuação dessas equipes nas escolas de educação básica sobre a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e continuidade de fluxos assistenciais quando se fizerem necessários; d) medidas ou providências adotadas pelo MEC para: d.1 editar diretrizes nacionais; apoiar, capacitar e financiar as redes públicas estaduais e municipais, com vistas ao cumprimento da Lei nº 13.935, de 2019; e d.2 reforçar o apoio federal às redes públicas estaduais e municipais, sobretudo quanto a incentivos para a capacitação, organização, diretrizes e financiamento das citadas equipes multiprofissionais.
32	RQS 823/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, informações sobre a regulamentação da Lei nº 14.590, de 24 de maio de 2023. Autoria: Senador Luis Carlos Heinze [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Requerimento à ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima de informações sobre a regulamentação da Lei nº 14.590, de 2023, em especial: a) informações sobre o andamento do regulamento para aplicação da lei acima e qual previsão de ser publicado; b) quanto a ausência dessa regulamentação causou de prejuízos ao país até o momento, visto que o Mercado de Carbono Mundial pode gerar recursos financeiros; e c) havendo recursos recebidos, de quanto foi e quais foram suas destinações e rubricas.

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
33	RQS 847/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, informações sobre contrato no valor de R\$ 285,8 milhões, realizado com dispensa de licitação, entre o Ministério e a Microempresa Auramed, de Goiás, para fornecimento de 293,5mil frascos de imunoglobulina humana, um medicamento hemoderivado, ou seja, produzido a partir do sangue. Autoria: Senador Eduardo Girão [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação com emendas	Requerimento à ministra da Saúde de informações sobre contrato no valor de 285,8 milhões de reais, realizado com dispensa de licitação, entre o Ministério da Saúde e a Empresa Auramed, sediada no Estado de Goiás, para fornecimento de 293,5 mil frascos de imunoglobulina humana. As informações e os documentos solicitados são os seguintes: a) qual a justificativa para a realização de contrato sem licitação para a compra do equivalente a 6 meses de consumo de imunoglobulina humana, um medicamento hemoderivado, sendo que um dos critérios para a realização desse tipo de contrato é a aquisição de pequenas quantidades de produtos necessários em regime de urgência, enquanto se realiza o processo licitatório ordinário necessário; b) se houve uma demanda dos hospitais e centros de saúde que justificasse a compra dessa quantidade, devendo ser descrita de forma detalhada com documentos comprobatórios da demanda; c) para onde foram distribuídos os medicamentos comprados, devendo ser detalhada de forma discriminada a distribuição por estados, municípios e unidades de saúde; d) quais os valores gastos em contratos que não foi exigida ou dispensada a licitação; e) quais são esses contratos feitos com dispensa ou inexigibilidade de licitação, devendo ser enviado cada um desses contratos e o detalhamento de seu objeto, partes envolvidas, valor e status de cumprimento; f) qual a justificativa para o afastamento da licitação em cada um dos contratos, devendo ser detalhada de forma discriminada explicitando o embasamento legal; g) qual o setor responsável pela gestão de tais contratos realizados no Ministério; h) quais os servidores responsáveis por esses contratos; i) quais os servidores responsáveis pela autorização da despesa; j) na análise do processo para efetivação do contrato com ou sem licitação não é investigado o histórico das empresas para verificar se estas não respondem processos de crimes contra a administração pública ou se seus sócios não respondem processo por tais crimes; e k) existem outros contratos com empresas que também são ré em processos que apuram crimes contra a administração pública.
34	RQS 860/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, informações sobre a implementação das ações previstas na Lei nº 14.531, de 10 de Janeiro de 2023, Lei de Prevenção ao Suicídio de Policiais. Autoria: Senador Alessandro Vieira [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Trata-se de requerimento para que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, informações sobre a implementação das ações previstas na Lei nº 14.531, de 10 de janeiro de 2023 (Lei de Prevenção ao Suicídio de Policiais). Os questionamentos são os seguintes: a) qual é o cronograma de ações do Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais da Segurança Pública (Pró-Vida) e em qual fase se encontra o processo de realização?; b) qual o orçamento total, dotado e executado, desse Programa, desde sua promulgação até a presente data? Quais são as ações e programas contemplados?; c) se existe alguma iniciativa para a produção de dados conforme estabelecido no texto da lei, tais como, qualidade de vida e a saúde dos profissionais; vitimização deles, inclusive fora do horário de trabalho; com deficiência em decorrência de vitimização na atividade; profissionais dependentes químicos em decorrência da atividade ou com transtornos mentais e comportamento suicida; e, c) quais têm sido as medidas adotadas para o alcance das metas 6 e 7 do Plano Nacional de Segurança Pública 2021-2030, delimitadas no Decreto nº 10.822, de 2021, que visam a redução em 30% dos casos de vitimização e suicídio desses profissionais?
35	RQS 866/2023 Ementa: Requer informações sobre atuação do MAPA frente a crise pecuária. Autoria: Senador Jaime Bagattoli [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Trata-se de requerimento para que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, informações sobre quais estratégias e articulações do Governo Federal para o enfrentamento da crise da Pecuária e da enorme disparidade do preço da arroba para aos produtores, em comparação aos valores da arroba exportadas pelas indústrias da carne no Brasil, com indícios, inclusive, de formação de cartel na compra do boi e suposta criação de oligopólio da indústria de proteína animal.

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
36	RQS 877/2023 Ementa: Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, Carlos Roberto Lupi, informações acerca dos benefícios previdenciários e das perícias médicas no estado de Sergipe. Autoria: Senador Laércio Oliveira [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Trata-se de requerimento para que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, Carlos Roberto Lupi, informações acerca dos benefícios previdenciários e das perícias médicas no estado de Sergipe, tais como: a) demanda mensal de entrada de requerimentos de benefícios previdenciários e qual a quantidade de perícias médicas realizadas também mensalmente; b) demanda total de requerimentos dos benefícios sobreditos ainda em andamento e tempo médio para posicionamento; c) número de perícias médicas aguardando realização e tempo médio para efetivação de cada; d) número de requerimentos especificamente de BPC (benefício de prestação continuada) estão paralisados em decorrência da análise da avaliação social? e) a perícia médica é centralizada na capital ou descentralizada? Caso seja descentralizada, solicitamos informações sobre quais municípios a realizam; f) número de agências do INSS instaladas e em funcionamento no estado de Sergipe; g) composição do quadro de servidores (Técnicos, Analistas, Assistentes Sociais e Médicos Peritos) total e dos lotados em agências?; h) dessa composição, quantos servidores atendem efetivamente ao público e quantos analisam os requerimentos efetuados; i) dados sobre um possível déficit de servidores por categoria nas agências e na Gerência Executiva; e, j) logística e infraestrutura que a Gerência Executiva em Sergipe precisa para otimizar o atendimento e aumentar a resolutividade dos requerimentos em estoque.
37	RQS 888/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra da Saúde, Nisia Trindade, informações sobre o 1º Encontro de Mobilização de Promoção da Saúde no Brasil (Em Prosa Brasil), organizado pelo Ministério da Saúde. Autoria: Senador Eduardo Girão [tramitação] Não Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação	Requerimento à ministra da Saúde de informações e documentos sobre o 1º Encontro de Mobilização de Promoção da Saúde no Brasil (Em Prosa Brasil), formulando os seguintes questionamentos: a) Qual o custo do evento? Favor discriminar cada gasto, b) qual a programação do evento? Favor mandar nome de todos os palestrantes, currículo e tema da fala; c) qual o público-alvo do evento? d) quantas pessoas estavam presentes no evento? e) havia a presença de crianças e adolescentes no evento? Se sim, quantas e quais idades? f) qual o valor pago para a performance da dançarina? g) o evento foi transmitido de forma online? Por quais plataformas? h) solicito enviar a execução orçamentária, no corrente ano, da secretaria, com as justificativas para cada evento, em conformidade com a legislação em vigor; i) quais foram os objetivos previstos e quais foram alcançados com o 1º Encontro de Mobilização para a promoção da Saúde? J) qual a fundamentação legal para a execução do 1º Encontro de Mobilização para a Promoção da Saúde? K) qual a ligação das performances artísticas com os fundamentos legais que orientam a promoção da saúde no Brasil? e L) qual a justificativa para, em um evento que trata sobre promoção da saúde no Brasil, ser exibida a apresentação de dança hipersexualizada e música de teor pornográfico?
38	RQS 899/2023 Ementa: Requer informações ao Ministro das Relações Exteriores acerca do posicionamento do governo brasileiro sobre os ataques do grupo terrorista islâmico Hamas contra Israel. Autoria: Senador Alan Rick e outros [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento ao ministro de Estado das Relações Exteriores de informações referente ao posicionamento brasileiro sobre os ataques do grupo extremista Hamas contra Israel, lançados em 7 de outubro de 2023. A proposição especifica os pontos para manifestação do destinatário nas seguintes linhas: (i) síntese da posição oficial brasileira sobre os ataques; (ii) questionamento sobre os termos em que o Brasil condena os ataques; (iii) questionamento sobre a ausência de condenação oficial dirigida ao Hamas; (iv) explicação dos motivos que levam o Brasil a não reconhecer o Hamas como grupo terrorista, a exemplo do que o fazem outros países; (v) questão sobre a existência de algum procedimento em curso no Ministério das Relações Exteriores para avaliar a possibilidade de reconhecimento do Hamas como grupo terrorista; e (vi) indagação sobre as providências que podem ser adotadas pelo Brasil na Presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas para contribuir com o fim dos conflitos na região.

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
39	RQS 893/2023 Ementa: Requer informações à Ministra de Estado da Saúde sobre o 1º Encontro de Mobilização da Promoção da Saúde no Brasil, realizado em Brasília, de 4 a 6 de outubro de 2023. Autoria: Senador Dr. Hiran [tramitação] Não Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação	Requerimento à ministra da Saúde de informações sobre o 1º Encontro de Mobilização para a Promoção da Saúde no Brasil, promovido pelo Departamento de Prevenção e Promoção da Saúde, da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, do Ministério da Saúde, realizado entre os dias 4 e 6 de outubro de 2023. As informações solicitadas são as seguintes: a) qual foi o valor global empenhado, liquidado e pago pelo Ministério da Saúde no financiamento do evento? b) quais foram os valores de cada item das despesas relacionadas ao evento? c) houve participação de outros entes, privados ou governamentais, no financiamento do evento? d) quais são os itens e respectivos valores constantes do Processo nº 25000.134968/2023-64 do Sistema Eletrônico de Informação (SEI)? e) que atrações artísticas integraram o 1º Encontro de Mobilização para a Promoção da Saúde no Brasil? Que valores foram empenhados ou pagos para cada uma delas? f) qual foi a programação completa do evento? g) quais foram os principais produtos entregues durante o evento? h) quais são os benefícios esperados pelo Ministério da Saúde para a melhoria das condições de saúde da população brasileira advindos do evento, em especial das apresentações artísticas nele executadas? i) qual o nome e o cargo do responsável pelo planejamento e pela organização do evento? j) favor apresentar listagem com as seguintes informações sobre cada um dos presentes no 1º Encontro de Mobilização para a Promoção da Saúde no Brasil: 1. nome; 2. função no evento (palestrante, participante, artista, organizador etc.); 3. recebimento de diárias ou outra forma de remuneração paga pelo Ministério para participação no evento, com os respectivos valores; e 4. recebimento de passagens aéreas para participação no evento, com os respectivos valores.
40	RQS 905/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro das Relações Institucionais, informações sobre sua relação com o grupo terrorista Hamas, no âmbito do atual governo. Autoria: Senador Eduardo Girão [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação com emendas	Requerimento ao ministro chefe da Secretaria de Relações Institucionais de informações sobre sua relação com o grupo terrorista Hamas, após encontro com o Senhor Sayid Tenório no Palácio do Planalto, em 5 de outubro de 2023. São apresentados seis quesitos na proposição. Sintetizo os conteúdos: (i) motivos da reunião; (ii) participantes da reunião; (iii) temas tratados na reunião; (iv) posição do Ministro sobre a designação do Hamas como grupo terrorista; (v) posição da Secretaria de Relações Institucionais sobre o ataque terrorista; (vi) ações a serem adotadas pela Secretaria de Relações Institucionais frente ao suposto apoiador do Hamas. Requer-se, também, "o envio da ata da reunião, com o registro fotográfico do encontro".
41	RQS 926/2023 Ementa: Requer informações a Camilo Sobreira de Santana, Ministro de Estado da Educação, sobre as restrições orçamentárias impostas à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, em 2023. Autoria: Senador Alessandro Vieira [tramitação] Não Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação	Trata-se de requerimento ao Ministro de Estado da Educação, Sr. Camilo Sobreira de Santana, sobre as restrições orçamentárias impostas à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, em 2023. São objeto do requerimento as seguintes informações: a) quais as justificativas para o contingenciamento de R\$ 86 milhões de recursos da CAPES, sendo R\$ 50 milhões da Diretoria de Programas e Bolsas e R\$ 36 milhões de programas de formação de professores da educação básica?; b) qual a avaliação técnica quanto aos possíveis impactos na continuidade de programas e políticas públicas para o órgão, após a restrição orçamentária?; c) há perspectiva de contingenciamento de mais de 30 milhões de recursos da Diretoria de Relações Internacionais da CAPES. Qual o valor exato será contingenciado? Quais as justificativas para tal restrição?; d) do total de R\$ 116 milhões do orçamento da CAPES com previsão de contingenciamento, qual o valor será bloqueado definitivamente pela Pasta?; e) com os cortes orçamentários, há previsão de cortes ou atrasos nos pagamentos de bolsas de mestrado e doutorado para o ano de 2023?; e, f) quais ações e programas serão temporariamente bloqueados com o contingenciamento de recursos?

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
42	RQS 928/2023 Ementa: Requer informações a Jader Fontenelle Barbalho Filho, Ministro de Estado das Cidades, sobre sobre as manifestações do Ministério das Cidades que subsidiaram o Presidente da República para a tomada de decisão sobre a sanção, com aposição de veto parcial, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2023, derivado da Medida Provisória nº 1.154, de 2023. Autoria: Senador Dr. Hiran [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento ao ministro das Cidades de informações sobre as manifestações de seu ministério que subsidiaram o Presidente da República na decisão de opor veto parcial ao Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 12, de 2023, derivado da Medida Provisória (MPV) nº 1.154, de 2023, convertida na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, cujo objeto é a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. As informações requisitadas são as seguintes: 1) relatório com a descrição de todas as medidas tomadas pelo Ministério das Cidades a respeito da tramitação da MPV nº 1.154, de 2023, e da sanção, com veto parcial, do PLV nº 12, de 2023; 2) cópia de todas as mensagens encaminhadas pelo Ministério das Cidades à Presidência da República relacionadas à tramitação da MPV nº 1.154, de 2023, e à tomada de decisão sobre a sanção ou veto do PLV nº 12, de 2023; e 3) cópia de todos os pareceres técnicos e avaliações produzidas pelos servidores do Ministério das Cidades sobre a MPV nº 1.154, de 2023, e sobre o PLV nº 12, de 2023.
43	RQS 931/2023 Ementa: Requer informações à Senhora Nísia Trindade, Ministra de Estado da Saúde, sobre nomeações para a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde (AGSUS). Autoria: Senador Eduardo Girão [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação com emendas (supressão dos itens 3, 5 e 7).	Requerimento à ministra da Saúde de informações sobre nomeações para a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde (AGSUS). No documento, o requerente formulou os seguintes questionamentos e pedidos: a) quais são os critérios previstos para nomeação de ocupantes de cargos na Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde (AGSUS)? b) solicito o envio da legislação em vigor que regula o funcionamento da referida agência, bem como a legislação que define a estrutura de cargos da AGSUS; c) Quais são as justificativas, conforme a legislação em vigor que regula o funcionamento da AGSUS, para a nomeação de Aliadne Castorina Soares como Diretora-Administrativa da referida agência? d) Solicito o envio do currículo de Aliadne Castorina Soares que embasou sua nomeação para o cargo de Diretora Administrativa da AGSUS; e) quais são as justificativas, conforme a legislação em vigor que regula o funcionamento da AGSUS, para a nomeação de Carolina Novaes Carvalho, para liderar a Unidade de Gestão Estratégica da AGSUS? f) solicito o envio do currículo de Carolina Novaes Carvalho que embasou sua nomeação para liderar a Unidade de Gestão Estratégica da AGSUS; g) quais são as justificativas, conforme a legislação em vigor que regula o funcionamento da AGSUS, para a nomeação de André Longo como Diretor-Técnico Interino da AGSUS? e h) solicito o envio do currículo de André Longo que embasou sua nomeação para Diretor-Técnico Interino da AGSUS. O relator propõe aprovação com supressão de dispositivos contrários ao RISF.
44	RQS 932/2023 Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Casa Civil, Rui Costa, sobre o bloqueio orçamentário da CAPES no valor de R\$ 116 milhões de reais. Autoria: Senador Eduardo Girão [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	O requerimento solicita, ao Sr. Ministro de Estado da Casa Civil, Rui Costa, envio de "cópia da ata da reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO) que definiu o bloqueio de R\$ 116 milhões de reais do orçamento da CAPES", e requer sejam respondidas as seguintes perguntas: a) quais são as justificativas da Junta de Execução Orçamentária (JEO) para fazer esse bloqueio?; b) quais são as justificativas para redução da dotação orçamentária da Capes em R\$ 128 milhões a menos do que a deste ano, conforme o previsto na LOA 2024?; c) qual o impacto do bloqueio?; d) há risco de congelamento ou atraso no pagamento de bolsas de pesquisa?; e) qual a estimativa para desbloqueio do valor?; e, f) como os recentes bloqueios e cortes impactam diretamente a qualidade da formação de mestres e doutores?

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
45	RQS 942/2023 Ementa: Requer informações à Sra. Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente, sobre o uso de aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB) em voo de 25 minutos. Autoria: Senador Eduardo Girão [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requer informações à Sra. Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, sobre o uso de aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB) em voo de 25 minutos. Solicita especialmente, os seguintes esclarecimentos: a) A Ministra teria usado aeronave da FAB para deslocar-se de Goiânia para Brasília em 11 de agosto de 2023?; b) qual a justificativa para o emprego de aeronave da FAB para deslocamento em uma distância de pouco mais de 100 Km que poderia ser percorrida por via terrestre?; c) a ministra Marina Silva executou, em 10 meses de governo, 22 (vinte e duas) viagens utilizando aeronave da FAB. Solicita, outrossim, enviar documento que discrimine as viagens realizadas, quem estava a bordo e qual a justificativa para cada viagem.
46	RQS 959/2023 Ementa: Requer informações a Jader Barbalho Filho, Ministro das Cidades, sobre graves falhas em pregão de registro de preços na Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Autoria: Senador Eduardo Girão [tramitação] Não Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação	Trata-se de requerimento ao Ministro das Cidades, Jader Barbalho Filho, para que sejam prestadas informações sobre "graves falhas em pregão de registro de preços na Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)". Solicita as seguintes informações: a) qual o atual estágio do Pregão Eletrônico 6/2022-SRP, alvo de auditoria do TCU?; b) quais foram os contratos já celebrados em decorrência dessa licitação?; c) que ações de fiscalização dos contratos já foram executadas?; d) quais são os critérios e fundamentação legal para a definição dos quantitativos licitados?; e) por que os quantitativos licitados estão divergentes de outras licitações similares?; f) por que foram ignoradas, nas fases licitatórias, a definição de critérios de seleção dos beneficiários no edital?; g) quais são as justificativas para que ocorresse incongruência entre os critérios de medição previstos no edital e a forma como os serviços foram registrados em ata?; e, h) que medidas foram adotadas para atenuar as impropriedades verificadas pelo TCU? Além disso, pede cópia dos contratos já celebrados; documento que discrimine os contratos e os dados dos fiscais de contratos, bem como as ações executadas, o responsável pela ação, os resultados obtidos e documentos comprobatórios que sejam evidências objetivas da ação fiscalizadora.
47	RQS 962/2023 Ementa: Requer informações a Senhora Ministra de Estado das Mulheres, Cida Gonçalves, sobre a campanha "Brasil sem Misoginia", lançada em 25 de outubro do corrente ano por este Ministério das Mulheres. Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação com emenda de redação.	Trata-se de requerimento para que sejam prestadas, pela Sra. Ministra de Estado das Mulheres, Aparecida Gonçalves, as seguintes informações sobre a campanha "Brasil sem Misoginia": a) lista de instituições (empresas, governos estaduais, movimentos sociais, sindicatos, times de futebol, torcidas organizadas e entidades culturais educacionais e religiosas) com as quais foram assinados mais de 100 acordos de adesão à campanha; e, b) se o Ministério já tem mapeadas as páginas no Google e contas no Facebook, Instagram e Youtube que promovem o discurso de ódio e a exposição, por meio da divulgação de fotos íntimas e falsas, de mulheres; e, se sim, quantas páginas estão mapeadas por rede e o endereço eletrônico delas. O relator propõe emenda de redação para que a lista requerida inclua as instituições com as quais foram assinados acordos de adesão à campanha, e não somente as que tenham assinado ao menos 100 acordos com o governo federal.

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
48	RQS 1024/2023 Ementa: Requer informações ao Senhor Rui Costa dos Santos, Ministro da Casa Civil, sobre a demora para instalação da Comissão Binacional de Contas para fiscalizar a Itaipu Binacional. Autoria: Senador Esperidião Amin [tramitação] Não Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação	Trata-se de requerimento ao Sr. Ministro de Estado da Casa Civil, Rui Costa, para que sejam prestadas as seguintes informações: a) por que, passados dois anos do envio da Nota Reversal nº 3/2021, que trata da criação da Comissão Binacional de Contas para fiscalizar a Itaipu Binacional, ela ainda não foi instalada?; b) quais são os impedimentos dentro do governo brasileiro que dificultam a aprovação da Nota Reversal nº 3/2021?; c) houve alguma análise jurídica sobre a necessidade de aprovação da Nota Reversal nº 3/2021 pelo Congresso Nacional?; c.1) se sim, onde está essa documentação?; c.2) se não, por que não foi feita essa análise; d) caso exista análise jurídica concluindo pela necessidade de a Nota Reversal nº 3/2021 ser aprovada pelo Congresso, por que ainda não houve o seu encaminhamento para que Câmara dos Deputados e Senado Federal se pronunciem?; e) diante da ausência da Comissão Binacional de Contas e das restrições à fiscalização da Itaipu Binacional pelos órgãos de controle, quais medidas o governo brasileiro pretende adotar para evitar que a administração da usina, de maneira pouco transparente, continue a impactar as tarifas de energia elétrica por meio da alocação de recursos para programas de 'responsabilidade socioambiental' que, em 2022, atingiram US\$ 500 milhões, configurando um verdadeiro orçamento público que não está sujeito ao controle do Congresso Nacional ou de qualquer órgão fiscalizador?
49	RQS 1025/2023 Ementa: Requer informações ao Senhor Mauro Luiz Iecker Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores, sobre a demora para instalação da Comissão Binacional de Contas para fiscalizar a Itaipu Binacional. Autoria: Senador Esperidião Amin [tramitação] Não Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação	Trata-se de requerimento ao Sr. Mauro Luiz Iecker Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para que sejam prestadas as seguintes informações: a) por que, passados dois anos do envio da Nota Reversal nº 3/2021, que trata da criação da Comissão Binacional de Contas para fiscalizar a Itaipu Binacional, ela ainda não foi instalada?; b) quais são os impedimentos dentro do governo brasileiro que dificultam a aprovação da Nota Reversal nº 3/2021?; c) houve alguma análise jurídica sobre a necessidade de aprovação da Nota Reversal nº 3/2021 pelo Congresso Nacional?; c.1) se sim, onde está essa documentação?; c.2) se não, por que não foi feita essa análise; d) caso exista análise jurídica concluindo pela necessidade de a Nota Reversal nº 3/2021 ser aprovada pelo Congresso, por que ainda não houve o seu encaminhamento para que Câmara dos Deputados e Senado Federal se pronunciem?; e) diante da ausência da Comissão Binacional de Contas e das restrições à fiscalização da Itaipu Binacional pelos órgãos de controle, quais medidas o governo brasileiro pretende adotar para evitar que a administração da usina, de maneira pouco transparente, continue a impactar as tarifas de energia elétrica por meio da alocação de recursos para programas de 'responsabilidade socioambiental' que, em 2022, atingiram US\$ 500 milhões, configurando um verdadeiro orçamento público que não está sujeito ao controle do Congresso Nacional ou de qualquer órgão fiscalizador?
50	RQS 1032/2023 Ementa: Requer informações ao Sr. Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Estado de Minas e Energia, sobre o efetivo propósito de implementar o Projeto Sergipe Águas Profundas. Autoria: Senador Laércio Oliveira [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação com emenda.	Trata-se de requerimento, ao Sr. Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Estado de Minas e Energia, para que sejam prestadas informações sobre o efetivo propósito de implementar o Projeto Sergipe Águas Profundas. O relator propõe emenda para solicitar ao Ministro de Minas e Energia o cronograma detalhado das obras de implantação do Projeto Sergipe Águas Profundas.

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
51	RQS 1033/2023 Ementa: Requer informações ao Sr. Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Estado de Minas e Energia, sobre compromissos contratuais e regulatórios assumidos pela Petrobras no Plano de Desenvolvimento da Concessão e apresentar o histórico de todo o processo do projeto Sergipe Águas Profundas e cronograma de cumprimento de obrigações. Autoria: Senador Laércio Oliveira [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação.	Trata-se de requerimento, ao Sr. Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Estado de Minas e Energia, para que officie à ANP para prestar esclarecimentos com relação aos compromissos contratuais e regulatórios assumidos pela Petrobras no Plano de Desenvolvimento da Concessão e que apresente o histórico de todo o processo do projeto Sergipe Águas Profundas e cronograma de cumprimento de obrigações.
52	RQS 1034/2023 Ementa: Requer informações ao Senhor Flávio Dino de Castro e Costa, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, sobre eventual estratégia da Petrobras de retardar a implantação do Projeto Sergipe Águas Profundas com o intuito de manobrar preços do gás natural no Brasil. Autoria: Senador Laércio Oliveira [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação com emendas.	Trata-se de requerimento, ao Senhor Flávio Dino de Castro e Costa, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, para que officie ao CADE para apurar eventual estratégia da Petrobras de retardar a implantação do Projeto Sergipe Águas Profundas com o intuito de manobrar preços do gás natural no Brasil. O relator propõe emenda para alterar a redação de forma que o requerimento não seja entendido como pedido de providência, sugestão e conselho. Desta forma, sugere que seja requerida “informações sobre a existência de investigações em curso no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) que versem sobre eventual adiamento proposital do Projeto Sergipe Águas Profundas pela Petrobrás”.
53	RQS 1035/2023 Ementa: Requer informações ao Senhor Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil, sobre prazos previstos para o Projeto Sergipe Águas Profundas contemplado nas prioridades do Governo Federal. Autoria: Senador Laércio Oliveira [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação com emendas	Trata-se de requerimento, ao Sr. Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil, para que officie à Coordenação do Novo Programa de Aceleração do Crescimento para que informe os prazos previstos para o Projeto Sergipe Águas Profundas contemplado nas prioridades do Governo Federal. O relator sugere emenda para alterar a redação de forma que o requerimento não seja entendido como pedido de providência, sugestão e conselho. Desta forma, propõe que seja requerida informação sobre “os prazos previstos para o Projeto Sergipe Águas Profundas contemplado nas prioridades do Governo Federal”.

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
54	RQS 1055/2023 Ementa: Requer informações à Senhora Anielle Franco, Ministra de Estado da Igualdade Racial, sobre saúde e bem-estar de pessoas com deficiência em comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e ciganos, especialmente no que se refere à dispensação de órteses, próteses e materiais especiais (OPME). Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Trata-se de requerimento, à Sra. Anielle Franco, Ministra de Estado da Igualdade Racial, para que sejam prestadas informações sobre saúde e bem-estar de pessoas com deficiência em comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e ciganos, especialmente no que se refere à dispensação de órteses, próteses e materiais especiais (OPME). Em especial, requisita dados sobre: a) prevalência de deficiências em povos e comunidade tradicionais; b) quantidade de pessoas com deficiência nessas populações por tipo de deficiência (física, visual, auditiva, intelectual, mental ou psicossocial), sexo, grupos etários e por regiões e estados; c) dispensação de OPMEs para pessoas com deficiência nessas populações; d) políticas públicas de saúde voltadas para pessoas com deficiência em povos e comunidade tradicionais; e) políticas de saúde especificamente voltadas para a prevenção de deficiências por causas evitáveis em povos e comunidade tradicionais; e, f) acesso ao sistema de saúde de pessoas com deficiência em povos e comunidade tradicionais.
55	RQS 1056/2023 Ementa: Requer informações à Senhora Nísia Verônica Trindade Lima, Ministra de Estado da Saúde, sobre a dispensação de órteses, próteses e materiais especiais (OPME), especialmente cadeira de rodas, para povos originários, populações ribeirinhas, comunidades quilombolas, povos e comunidades de matriz africana, povos de terreiros e ciganos. Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Trata-se de requerimento, À Sra. Nísia Verônica Trindade Lima, Ministra de Estado da Saúde, para que sejam prestadas informações sobre a dispensação de órteses, próteses e materiais especiais (OPME), principalmente cadeira de rodas, para povos originários, populações ribeirinhas, comunidades quilombolas, povos e comunidades de matriz africana, povos de terreiros e ciganos. Em especial, requisita dados sobre: a) oferta e demanda de OPME, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para esses segmentos populacionais; e, b) dispensação de OPME por outros ministérios e por programas sociais não vinculados ao SUS, para esses segmentos populacionais.
56	RQS 1057/2023 Ementa: Requer informações ao Senhor Carlos Roberto Lupi, Ministro de Estado da Previdência Social, sobre a dispensação de órteses, próteses e materiais especiais (OPME), especialmente cadeira de rodas, pela Previdência Social. Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Trata-se de requerimento, ao Sr. Carlos Roberto Lupi, Ministro de Estado da Previdência Social, para que sejam prestadas informações sobre a dispensação de órteses, próteses e materiais especiais (OPME), principalmente cadeira de rodas, pela Previdência Social. Em especial, requisita dados sobre: a) quantidade e tipo de OPME dispensadas por meio do Instituto Nacional do Seguro Social; e, b) fila de espera existente para o recebimento desses produtos; c) número de pessoas beneficiadas e em fila de espera, sobretudo no que se refere aos povos originários, populações ribeirinhas, comunidades quilombolas, povos e comunidades de matriz africana e povos de terreiros e ciganos.

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
57	RQS 1058/2023 Ementa: Requer informações à Senhora Sônia Bone de Sousa Silva Santos, Ministra de Estado dos Povos Indígenas, sobre saúde e bem-estar de pessoas indígenas com deficiência, especialmente no que se refere à dispensação de órteses, próteses e materiais especiais (OPME). Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Requerimento à ministra dos Povos Indígenas de informações sobre saúde e bem-estar de pessoas indígenas com deficiência, especialmente no que se refere à dispensação de órteses, próteses e materiais especiais (OPME), com o seguinte detalhamento: a) prevalência de deficiências na população indígena brasileira; b) quantidade de pessoas indígenas com deficiência por tipo de deficiência (física, visual, auditiva, intelectual, mental ou psicossocial), sexo, grupos etários e por regiões e estados; c) dados sobre a dispensação de OPMEs para pessoas indígenas com deficiência; d) políticas públicas de saúde voltadas para pessoas indígenas com deficiência; e) políticas de saúde específicas voltadas para a prevenção de deficiências por causas evitáveis em pessoas indígenas; e f) acesso ao sistema de saúde de pessoas indígenas com deficiência.
58	REQ 1/2024 - CCDD Ementa: Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações informação referente à autorização outorgada à Associação Nova Barra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra, Estado da Bahia, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 628, de 2019. Autoria: Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	O Requerimento tem por objetivo obter do ministro das Comunicações a seguinte informação referente à autorização outorgada à Associação Nova Barra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra, Estado da Bahia, de que trata o PDL 628/2019: cópia do requerimento de outorga, assinado pelos dirigentes da entidade, declarando que todos possuem bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei da Ficha Limpa). O presente requerimento visa instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 628, de 2019. Se aprovado o requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDL, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.
59	REQ 1/2024 - CDR Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Casa Civil, Rui Costa, informações sobre as providências adotadas pelo Governo Federal para conter os atos relatados em carta denúncia da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada – COOMIGASP conforme sugestão contida no relatório do Ofício "S" nº 33, de 2019. Autoria: Senador Zequinha Marinho [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação com emendas	O Requerimento tem por finalidade obter do ministro da Casa Civil as seguintes informações sobre as providências adotadas pelo Governo Federal para conter os atos relatados em carta denúncia da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada – COOMIGASP, conforme sugestão contida no relatório do Ofício "S" nº 33, de 2019: a) dados sobre as ações do Governo Federal para resolução dos litígios referentes à garimpagem na região de Serra Pelada, no Município de Marabá, Estado do Pará; b) relatório sobre a capacitação de pequenos mineradores quanto a técnicas não poluentes de extração de ouro e outros bens minerais; e c) ações adotadas pela Agência Nacional de Mineração para resolução dos conflitos minerários que ocorrem na região de Serra Pelada. O relator apresenta emenda para substituir o pedido de relatório por "informações acerca da existência de relatório sobre a capacitação de pequenos mineradores quanto a técnicas não poluentes de extração de ouro e outros bens minerais e, em caso positivo, o envio do citado relatório ao Senado Federal". O presente Requerimento visa instruir o Ofício "S" nº 33, de 2019. Se aprovado o Requerimento, ficará interrompida a tramitação da matéria, nos termos do art. 216, IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
60	REQ 5/2024 - CCDD Ementa: Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja solicitada ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República informação referente à renovação da permissão outorgada à EMPRESA SERGIPANA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Aracaju, Estado de Sergipe, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2018. Autoria: Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) [tramitação] Não Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação	O Requerimento visa a obter do ministro chefe da Casa Civil da Presidência da República a seguinte informação referente à renovação da permissão outorgada à Empresa Sergipana de Radiodifusão Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Aracaju, Estado de Sergipe: cópia da mensagem que encaminhou para apreciação do Congresso Nacional a Portaria nº 2.569, de 22 de novembro de 2002, do ministro das Comunicações, que renovou por dez anos, a partir de 12 de novembro de 1997, a permissão outorgada àquela entidade. O presente Requerimento visa instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2018. Se aprovado o Requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDL, nos termos do art. 216, IV, do Regimento Interno do Senado Federal.
61	REQ 16/2024 - CCDD Ementa: Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações informação referente à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOM ZIGMUND FELINSKI PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 668, de 2021 Autoria: Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	O Requerimento visa a obter do ministro das Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária Dom Zigmund Felinski para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul: a confirmação da inexistência de vínculo que subordinasse a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, ao tempo da edição da Portaria nº 409, de 9 de maio de 2016, do Ministério das Comunicações, ato que deferiu a renovação da outorga da entidade para a prestação do serviço de radiodifusão comunitária. O presente requerimento visa a instruir o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 668, de 2021. Se aprovado o requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDL, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.
62	REQ 18/2024 - CCDD Ementa: Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA COMUNICAÇÃO DE NOVA GRANADA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Granada, Estado de São Paulo, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2019. Autoria: Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	O Requerimento visa a obter do ministro das Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária da Comunicação de Nova Granada para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Granada, Estado de São Paulo: a) comprovação de que a entidade não apresenta vinculação vedada pelo art. 11 da Lei 9.612/1998; e b) comprovação de que os diretores da entidade residem na área da comunidade atendida. O presente requerimento visa a instruir o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 179, de 2019. Se aprovado o requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDL, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
63	REQ 19/2024 - CCDD Ementa: Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL IDEAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boituva, Estado de São Paulo, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2021. Autoria: Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	O Requerimento visa a obter do ministro das Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da autorização outorgada à Associação Cultural Ideal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boituva, Estado de São Paulo: a) comprovação de que a entidade não apresenta vinculação vedada pelo art. 11 da Lei 9.612/1998; e b) comprovação de que os diretores da entidade residem na área da comunidade atendida. O presente requerimento visa a instruir o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 446, de 2021. Se aprovado o requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDL, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.
64	REQ 20/2024 - CCDD Ementa: Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE TAUÁPE E REGIÃO – AMTR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Licínio de Almeida, Estado da Bahia, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2018. Autoria: Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	O Requerimento visa a obter do ministro das Comunicações as seguintes informações referentes à autorização outorgada à Associação dos Moradores de Tauapé e Região – AMTR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Licínio de Almeida, Estado da Bahia: a) histórico da composição da diretoria da entidade, desde 2011 até a presente data; b) cópias de eventuais comunicações entre o Ministério e a entidade, acerca de eventuais vícios identificados. O presente requerimento visa a instruir o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 147, de 2018. Se aprovado o requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDL, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.
65	REQ 21/2024 - CCDD Ementa: Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações informação referente à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA KOBU FM para executar serviço de radiodifusão comunitária Município de Gouveia, Estado de Minas Gerais, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 586, de 2021. Autoria: Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	O Requerimento visa a obter do ministro das Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Kobu FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Gouveia, Estado de Minas Gerais: a confirmação da inexistência de vínculo de subordinação da citada associação ao interesse de outrem, nos termos do disposto no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, ao tempo da edição da Portaria nº 1.935, de 10 de maio de 2016, do Ministério das Comunicações, ato que deferiu a referida renovação. O presente requerimento visa a instruir o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 586, de 2021. Se aprovado o requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDL, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
66	REQ 30/2024 - CCDD Ementa: Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações informação referente à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJURUENSE - ASCOA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 722, de 2021. Autoria: Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	O Requerimento visa a obter do ministro das Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária Cajuruense – ASCOA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais: a confirmação da inexistência de vínculo de subordinação da citada associação ao interesse de outrem, nos termos do disposto no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, ao tempo da edição da Portaria nº 531, de 9 de maio de 2016, do Ministério das Comunicações, ato que deferiu a referida renovação. O presente requerimento visa a instruir o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 722, de 2021. Se aprovado o requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDL, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.
67	REQ 31/2024 - CCDD Ementa: Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações informação referente à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA UNIÃO DE SÃO TIAGO para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de São Tiago, estado de Minas Gerais, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 731, de 2021. Autoria: Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	O Requerimento visa a obter do ministro das Comunicações a seguinte informação referente ao processo de renovação da autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária União de São Tiago para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Tiago, Estado de Minas Gerais: manifestação quanto à regularidade da entidade em relação ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, ao tempo da edição da Portaria nº 1.969, de 7 de junho de 2017, do Ministério das Comunicações, ato que deferiu a referida renovação. O presente requerimento visa a instruir o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 731, de 2021. Se aprovado o requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDL, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.
68	REQ 34/2024 - CCDD Ementa: Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações informação referente ao processo de renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Quatro Pontes, estado do Paraná, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 720, de 2021. Autoria: Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	O Requerimento solicita ao Ministro de Estado das Comunicações informação referente ao processo de renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural 03 de novembro para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Quatro Pontes, estado do Paraná, de que trata o PDL 720/2021. Em especial, requer dados sobre conformidade da situação da entidade ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612/1998 à época da edição da Portaria nº 72/2016, do Ministério das Comunicações. O presente Requerimento visa instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 720, de 2021. Se aprovado o Requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDL, nos termos do art. 216, IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
69	REQ 35/2024 - CCDD Ementa: Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações informação referente à renovação da autorização outorgada à SOCIEDADE HERVALENSE DE ARTES E RECREAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Herval, estado do Rio Grande do Sul, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 808, de 2021. Autoria: Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Trata-se de requerimento para que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, informações acerca da renovação da autorização outorgada à SOCIEDADE HERVALENSE DE ARTES E RECREAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Herval, estado do Rio Grande do Sul, de que trata o PDL 808/2021. Em especial, requer manifestação quanto à regularidade da entidade em relação ao disposto no art. 11 da Lei 9.612/1998, ao tempo da edição da Portaria 6.644/2018. O presente requerimento visa a instruir o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 808, de 2021. Se aprovado o requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDL, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.
70	RQS 10/2024 Ementa: Requer informações à Senhora Nísia Verônica Trindade Lima, Ministra de Estado da Saúde, sobre as ações tomadas em 2023 e previstas para 2024, para a disseminação de informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência, nos termos do art. 8º-A, da Lei nº 8.069/90 (ECA). Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	O Requerimento visa a obter da ministra da Saúde informações sobre as ações tomadas em 2023 e previstas para 2024 para a disseminação de informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência, nos termos do art. 8º-A da Lei 8.069/1990 (ECA).
71	RQS 11/2024 Ementa: Requer informações ao Senhor Camilo Sobreira de Santana, Ministro de Estado da Educação, sobre as ações tomadas em 2023 e previstas para 2024, para a disseminação de informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência, nos termos do art. 8º-A, da Lei nº 8.069/90 (ECA). Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação com emenda de redação.	O Requerimento visa a obter do ministro da Educação informações sobre as ações tomadas em 2023 e previstas para 2024 para a disseminação de informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência, nos termos do art. 8º-A da Lei 8.069/1990 (ECA). O relator apresenta emenda de redação.

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
72	RQS 12/2024 Ementa: Requer informações ao Senhor Silvio Luiz de Almeida, Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, sobre as ações tomadas em 2023 e previstas para 2024, para a disseminação de informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência, nos termos do art. 8º-A, da Lei nº 8.069/90 (ECA). Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	O Requerimento visa a obter do ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania informações sobre as ações tomadas em 2023 e previstas para 2024 para a disseminação de informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência, nos termos do art. 8º-A da Lei 8.069/1990 (ECA).
73	RQS 34/2024 Ementa: Requer informações à Senhora Margareth Menezes da Purificação Costa, Ministra de Estado da Cultura, sobre o Projeto de Revitalização do Real Forte Príncipe da Beira, localizado à margem direita do rio Guaporé, atual município de Costa Marques, no estado de Rondônia - Brasil. Autoria: Senador Jaime Bagattoli [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	O Requerimento visa a obter da ministra da Cultura as seguintes informações sobre o Projeto de Revitalização do Real Forte Príncipe da Beira, localizado à margem direita do rio Guaporé, Município de Costa Marques, no Estado de Rondônia: a) eventual Projeto de Revitalização do Real Forte Príncipe da Beira; b) número de Cadastro no Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac); e c) cronograma físico-financeiro, se houver, da execução do Projeto.
74	RQS 35/2024 Ementa: Requer informações ao Senhor José Mucio Monteiro Filho, Ministro de Estado da Defesa, sobre o Projeto de Revitalização do Real Forte Príncipe da Beira, localizado à margem direita do rio Guaporé, atual município de Costa Marques, no estado de Rondônia - Brasil. Autoria: Senador Jaime Bagattoli [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Requerimento ao ministro da Defesa de informações sobre o Projeto de Revitalização do Real Forte Príncipe da Beira, localizado à margem direita do Rio Guaporé, atual Município de Costa Marques/RO, detalhando-se o cronograma físico-financeiro (se houver) da execução do projeto.

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
75	RQS 96/2024 Ementa: Requer informações ao Senhor Wellington Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, sobre as ações implementadas em 2023 e previstas para 2024 para redução do uso abusivo de álcool e drogas; e para a acolhida, recuperação e reinserção social de usuários e dependentes de drogas. Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação com emenda de redação.	Requerimento ao ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome de informações sobre as ações implementadas em 2023 e previstas para 2024 para redução do uso abusivo de álcool e drogas; e para a acolhida, recuperação e reinserção social de usuários e dependentes de drogas. São formulados os seguintes questionamentos: a) quais ações preventivas foram planejadas e executadas em 2023, e estão previstas para 2024, e quais os fundamentos técnicos justificam essas ações; b) quais ações de acolhida, recuperação e reinserção social foram planejadas e executadas em 2023, e estão previstas para 2024; c) quais campanhas foram executadas em 2023 e quais estão previstas para 2024 para redução do uso abusivo de álcool e de outras drogas no âmbito do Ministério; d) quais ações do Ministério estão programadas para o mês de fevereiro de 2024 para a disseminação de informações que contribuam para a redução do uso abusivo de álcool e de drogas pela população; e e) quanto foi destinado, em recursos financeiros, para a política pública em questão, em 2023, e quanto está destinado para o ano de 2024, sendo que, dessa quantia, quanto já foi empenhado e quais órgãos, entes e entidades privadas receberam os recursos. O relator propõe a aprovação com ajuste redacional, a fim de adaptar a questão referente ao mês de fevereiro de 2024, que já passou, para que seja questionado sobre o que devidamente foi realizado no referido mês no que tange à disseminação de informações que contribuam para a redução do uso abusivo de álcool e de drogas pela população.
76	RQS 97/2024 Ementa: Requer informações ao Senhor Ricardo Lewandowski, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, sobre as ações implementadas em 2023 e previstas para 2024 para prevenção e repressão a crimes, a delitos e a infrações relacionados às drogas lícitas e ilícitas; e para educação, informação e capacitação com vistas à prevenção e à redução do uso, do uso problemático ou da dependência de drogas lícitas e ilícitas. Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação com emenda de redação.	Requerimento ao ministro da Justiça e Segurança Pública de informações acerca das ações implementadas em 2023 e previstas para 2024 para a prevenção e repressão a crimes, delitos e a infrações relacionados às drogas lícitas e ilícitas, bem como ações relativas à educação, informação e capacitação com vistas à prevenção e à redução do seu uso, do uso problemático ou de sua dependência. Solicita-se detalhamento: a) das ações preventivas e educativas planejadas e executadas em 2023, bem como as previstas para 2024, juntamente com os fundamentos técnicos que justificam essas ações; b) das ações de repressão que foram planejadas e executadas em 2023, e as que estão previstas para 2024; c) das campanhas que foram executadas em 2023 e as previstas para 2024 sobre a prevenção ao uso de tabaco e seus derivados, bem como de álcool e de outras drogas; d) das redes de proteção que foram criadas em 2023 e as que estão previstas para 2024 com o escopo de melhorar a condição de vida e promoção geral da saúde da população e dos fatores de proteção ao uso do tabaco e de seus derivados, do álcool e de outras drogas, bem como a conscientização e proteção dos fatores de risco; e) das ações do Ministério que estão programadas para o mês de fevereiro de 2024 para a disseminação de informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução do uso de drogas (lícitas e ilícitas) pela população; e f) do valor que foi destinado, em recursos financeiros, para a política pública em questão no ano de 2023, e quanto está destinado para o ano de 2024. Dessa quantia, quanto já foi empenhado e para quais órgãos, entes e entidades privadas foram destinados tais recursos. O relator propõe a aprovação com ajuste redacional, adaptando a questão referente ao mês de fevereiro de 2024, que já passou, para que seja questionado sobre o que devidamente foi realizado no referido mês no que tange à disseminação de informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução do uso de drogas (lícitas e ilícitas) pela população.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
77	RQS 120/2024 Ementa: Requer informações à Senhora Aparecida Gonçalves, Ministra de Estado das Mulheres, sobre as ações implementadas em 2023 e previstas para 2024 para a promoção dos direitos das mulheres, nos termos do disposto no Decreto nº 11.351, de 1º de janeiro de 2023. Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Requerimento à ministra das Mulheres de informações sobre as ações implementadas em 2023 e previstas para 2024 para a promoção dos direitos das mulheres, com o seguinte detalhamento: a) quais ações do Ministério estão programadas para o mês de março de 2024, para a promoção dos direitos das mulheres; b) quais as ações do Ministério, em 2023, foram destinadas para a promoção dos direitos das mulheres; c) quanto foi destinado, em recursos financeiros, para as iniciativas destinadas à promoção e à proteção da mulher executadas pelo órgão em 2023, e quanto será destinado para o ano de 2024? Dessa quantia, quanto já foi empenhado e quais órgãos, entes e entidades privadas receberam os recursos; d) quais são as principais políticas, programas, diretrizes e projetos que buscam eliminar a discriminação da mulher; e) quais são os mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção de direitos e de proteção à mulher aplicados por este Ministério.
78	RQS 151/2024 Ementa: Requer informações ao Senhor Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Estado de Minas e Energia, sobre as práticas da Petrobras em relação à recompra de refinarias, operações atípicas no mercado de derivativos indicativas de uso de informação privilegiada, e as potenciais violações das regras de concorrência. Autoria: Senador Rogerio Marinho [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação com emendas	Trata-se de requerimento para que sejam prestadas, pelo Senhor Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Estado de Minas e Energia, informações sobre as práticas da Petrobras em relação à recompra de refinarias, operações atípicas no mercado de derivativos indicativas de uso de informação privilegiada, e as potenciais violações das regras de concorrência. E elenca uma série de dados a serem fornecidos pela Pasta, entre eles: a) registros de venda de petróleo da Petrobras para suas próprias refinarias e para refinarias privadas, incluindo preços, volumes e datas, referentes aos últimos 12 meses; b) cópias dos termos de compromisso de cessação originais e de quaisquer documentos relacionados a tentativas de renegociação por parte da Petrobras, bem como as justificativas apresentadas pela empresa para tais renegociações; c) cópias de auditorias externas, revisões regulatórias, ou relatórios de compliance referentes à governança corporativa da Petrobras realizados nos últimos dois anos; d) compartilhamento de estudos ou relatórios produzidos ou adquiridos pelo ministério sobre a concorrência no setor de refino de petróleo no Brasil, especialmente relacionados ao impacto das ações da Petrobras sobre a concorrência e preços ao consumidor; e) correspondência entre a Petrobras e o CADE referente à venda de ativos de refino e aos possíveis impactos na concorrência do mercado; f) avaliações ou estudos sobre o impacto econômico das práticas anticoncorrenciais supostamente adotadas pela Petrobras, incluindo efeitos sobre preços ao consumidor e investimentos no setor; g) informações detalhadas e documentos relacionados às operações atípicas no mercado de derivativos da Petrobras, especificamente a compra de opções "put" que antecederam a divulgação de informações impactantes ao mercado, incluindo registros de transações e identificação das partes envolvidas; h) estudos que tenham informado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) sobre eventuais impactos sobre os resultados da companhia e para os acionistas, bem como análises do efetivo impacto causado nos resultados em razão do descolamento, para baixo, dos preços de gasolina e diesel havidos a partir de maio de 2023.
79	RQS 162/2024 Ementa: Requer informações ao Senhor Silvio Luiz de Almeida, Ministro de Estado do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, sobre o cumprimento da Medida Provisória de 1º de julho de 2022, da Corte Interamericana de Direitos Humanos – Corte IDH/OEA, sobre violações de Direitos Humanos dos indígenas Yanomami. Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Requerimento ao ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania de informações sobre o cumprimento da Medida Provisória de 1º de julho de 2022, da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), sobre violações de Direitos Humanos dos indígenas Yanomami, detalhando-se: a) ações de proteção aos direitos à vida dos indígenas Yanomami entre os meses de janeiro a dezembro de 2023; b) ações e atividades de adequação cultural nos atendimentos entre os meses de janeiro a dezembro de 2023; c) quais os valores empenhados e executados do orçamento do Ministério nas ações voltadas para a situação de emergência e atendimento dos indígenas Yanomami no ano de 2024; d) quantidade de poços artesianos construídos nas comunidades entre os meses de janeiro a dezembro de 2023, e demais ações para garantir o fornecimento de água para os indígenas Yanomami; e) qual o valor do orçamento do Ministério destinado a ações voltadas para a situação de emergência e atendimento dos indígenas Yanomami no ano de 2024; f) quantidade e nomes dos indígenas Yanomami incluídos no Programa de Proteção (PPDH) entre os meses de janeiro a dezembro de 2023 e janeiro a março de 2024; e g) relatórios produzidos pelo Ministério e apresentados à CIDH sobre cumprimento da Medida Provisória imposta ao Estado brasileiro.

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
80	RQS 163/2024 Ementa: Requer informações à Senhora Sonia Bone de Sousa Silva Santos, Ministra de Estado dos Povos Indígenas, sobre ações de cumprimento das Medidas Cautelares da CIDH/OEA aos indígenas Yanomami. Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Requerimento à ministra dos Povos Indígenas de informações sobre ações de cumprimento das medidas cautelares outorgadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) a favor dos indígenas Yanomami, detalhando-se: a) em ordem cronológica, quais ações de proteção aos direitos à vida dos indígenas Yanomami foram realizadas entre os meses de janeiro a dezembro de 2023; b) quais ações de adequação cultural nos atendimentos dos indígenas Yanomami foram realizadas entre os meses de janeiro a dezembro de 2023; c) quais as obras de melhorias, reformas, adequação e construção de novos equipamentos para proteção do território Yanomami realizadas entre os meses de janeiro a dezembro de 2023 na TI Yanomami; d) Plano de Ação para desintrusão dos garimpeiros para o ano de 2024; e) o último Relatório apresentado à CIDH sobre cumprimento das medidas cautelares relacionadas com a proteção da população indígena Yanomami.
81	RQS 164/2024 Ementa: Requer informações à Senhora Nisia Trindade Lima, Ministra de Estado do Ministério da Saúde, sobre o cumprimento da Medida Provisória de 1º de julho de 2022, da Corte Interamericana de Direitos Humanos – Corte IDH/OEA, sobre violações de Direitos Humanos dos indígenas Yanomami. Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Requerimento à ministra da Saúde de informações sobre o cumprimento da Medida Provisória de 1º de julho de 2022, da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), sobre violações de Direitos Humanos dos indígenas Yanomami, detalhando-se: a) ações de proteção aos direitos à vida dos indígenas Yanomami entre os meses de janeiro a dezembro de 2023; b) ações e atividades de adequação cultural nos atendimentos entre os meses de janeiro a dezembro de 2023; c) quais os valores empenhados e executados do orçamento do Ministério nas ações voltadas para a situação de emergência e atendimento dos indígenas Yanomami no ano de 2024; d) quantidade de poços artesianos construídos nas comunidades entre os meses de janeiro a dezembro de 2023, e demais ações para garantir o fornecimento de água para os indígenas Yanomami; e) qual o valor do orçamento do Ministério destinado a ações voltadas para a situação de emergência e atendimento dos indígenas Yanomami no ano de 2024; f) melhorias e construção de novos equipamentos de saúde realizadas entre os meses de janeiro a dezembro de 2023; g) quantidade de médicos atendendo aos Yanomami entre os meses de janeiro a dezembro de 2023; h) plano de ações para atendimento aos indígenas Yanomami no ano de 2024; i) qual o orçamento para fornecimento de alimentação para atendimento aos indígenas Yanomami no ano de 2024; j) qual o orçamento para as demais ações de saúde às comunidades indígenas na TI Yanomami no ano de 2024; e k) relatórios produzidos pelo Ministério e apresentados à CIDH sobre as ações destinadas ao Povo Yanomami.
82	RQS 184/2024 Ementa: Requer informações ao Senhor Silvio Luiz de Almeida, Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, sobre as ações, para crianças e adolescentes, implementadas em 2023 e previstas para 2024, para a promoção dos direitos da criança e do adolescente e para o enfrentamento a suas violações. Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Requerimento ao ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania de informações sobre as ações implementadas em 2023 e previstas para 2024, para a promoção dos direitos da criança e do adolescente e para o enfrentamento a suas violações. São formuladas as seguintes indagações: a) quais ações preventivas e educativas foram planejadas e executadas em 2023 e estão previstas para 2024 para a promoção dos direitos da criança e do adolescente, quais as ações foram planejadas em alusão ao dia mundial da infância e qual o montante de recursos orçamentários foi destinado para esse fim em 2023 e está previsto para 2024; b) quais políticas de proteção das crianças e adolescentes foram adotadas em 2023 e estão previstas para 2024 e qual o montante de recursos orçamentários foi destinado para esse fim em 2023 e está previsto para 2024; c) quais campanhas foram executadas em 2023 e estão previstas para 2024 visando à promoção de direitos e ao enfrentamento às violações de direitos de crianças e adolescentes e qual o montante de recursos orçamentários foi destinado para esse fim em 2023 e está previsto para 2024; d) quais parcerias foram criadas em 2023 e estão previstas para 2024 para fortalecer a rede de proteção da criança e do adolescente e qual o montante de recursos orçamentários foi destinado para esse fim em 2023 e está previsto para 2024.

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
83	RQS 1/2024 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Saúde, NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA, informações sobre o repasse de R\$ 52 milhões de reais para a cidade de Cabo Frio-RJ, como complementação de recursos da própria Pasta, conforme notícia publicada pela imprensa (Ministra da Saúde envia R\$ 52 milhões extras para Cabo Frio e filho vira secretário (jornaldacidadeonline.com.br)). Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento à ministra da Saúde de informações sobre o repasse de R\$ 52 milhões de reais para a cidade de Cabo Frio-RJ, como complementação de recursos da própria Pasta. As informações solicitadas são as seguintes: a) Quais políticas públicas de média e alta complexidade serão beneficiadas com o valor repassado? B) Qual é o montante que beneficiará cada política? C) Qual é a justificativa técnica para o envio desses recursos complementares no final de dezembro de 2023 para cada política contemplada? D) Qual é a fonte orçamentária desses recursos? E) Há registro de destinação prévia desta verba ou se trata de recurso extraordinário? F) Caso seja recurso extraordinário, quais foram os critérios para a escolha do município de Cabo Frio-RJ? G) Considerando ter havido, dias após o repasse do recurso, a nomeação do filho da Ministra da Saúde em cargo de alto escalão na Prefeitura de Cabo Frio-RJ, houve avaliação, por essa Pasta, de conflito de interesse, bem como observância aos princípios que regem a Administração Pública no processo de tomada de decisão?
84	RQS 6/2024 Ementa: Requer informações ao Senhor Camilo Sobreira de Santana, Ministro de Estado da Educação, sobre os investimentos efetuados em educação e alfabetização. Autoria: Eduardo Girão [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento ao ministro da Educação de informações e de envio de documentos acerca dos investimentos e ações efetuados pelo Ministério da Educação (MEC), notadamente no âmbito do programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, especificamente: 1. informações sobre justificativas para a não execução da dotação orçamentária do programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, uma vez que, do orçamento inicial de R\$ 22,5 milhões destinado para bolsas de formação de alfabetizadores, aparentemente apenas R\$ 12,5 milhões foram de fato empenhados (o que representa 56% do valor previsto); 2. indicação de razões para a aparente instabilidade na execução das políticas referentes à educação básica em geral; 3. documentos/normativos que orientem a estrutura da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (RENALFA); 4. informações e documentos sobre: a) o perfil previsto em legislação para as pessoas designadas para a ocupação de postos de direção na Renalfa; b) o(s) responsável(is) pela avaliação dos nomes indicados para a Renalfa; c) indicação do responsável, no âmbito do MEC, pelo programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, acompanhado de currículo; d) indicação do(s) responsável(is) pela gestão da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização, no âmbito do MEC, acompanhada do(s) pertinente(s) currículo(s); e) os processos gerenciais empregados na execução orçamentária: e.1) do programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada; e e.2) da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Renalfa.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
85	RQS 7/2024 Ementa: Requer informações à Senhora Nísia Verônica Trindade Lima, Ministra de Estado da Saúde, sobre a aquisição de testes de Covid-19 pelo referido ministério e pela Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ). Autoria: Eduardo Girão [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento à ministra da Saúde de informações sobre a aquisição de testes de covid-19 pelo Ministério da Saúde (MS) e pela Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), com o seguinte detalhamento: a) Segundo nota do Ministério da Saúde de 06 de janeiro de 2024, o fornecimento de testes para Covid-19 faz parte de um Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Fiocruz e o Ministério da Saúde em 2022 pela gestão passada. Sendo Presidente da Fiocruz a época do referido acordo de cooperação, a atual ministra da saúde é parte interessada no desdobramento do processo. Quem está coordenando as investigações junto ao TCU e que medidas foram adotadas pelo ministério para lisura do processo de investigação? B) Na mesma nota, o Ministério da Saúde informa que “esse acordo não previa apenas o fornecimento de testes, e sim uma cooperação ampla” e que “é incorreto analisar apenas o preço estipulado por teste de forma isolada”. Mas, segundo o TCU, em seu relatório, “observou-se a injustificada contratação superior em 679% do que o que poderia ter sido obtido em contratação por meio de processo licitatório (quando se confronta o valor acordado com a Fiocruz, de R\$ 19,40, com o que poderia ter sido obtido no Pregão, de R\$ 2,49, relativo à primeira colocada na fase de lances – e sem considerar os serviços adicionais e as despesas indiretas não especificadas na proposta da Fiocruz)”. Considerando a fala do TCU, porque ocorreu a majoração em 679%? C) Solicito enviar documento que discrimine e justifique a distribuição percentual dos valores previstos no Acordo de Cooperação Técnica por área apontada pela Fiocruz: assessoria técnico-científica, serviço de atendimento ao consumidor, capacitação de profissionais de saúde, operações logísticas, desenvolvimento tecnológico e da capacidade de resposta na vigilância em saúde para a Covid-19.; d) Que documentos nortearam a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica? E) Quais são os critérios e fundamentação legal para a definição dos quantitativos licitados? F) Solicito enviar cópia do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério da Saúde e a Fiocruz; e e) Que medidas foram adotadas para atender as impropriedades verificadas pelo TCU?
86	REQ 88/2023 - CAS Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Luiz de Almeida, informações sobre as políticas de atenção a pessoas com deficiência no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento ao ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania de informações sobre as políticas de atenção a pessoas com deficiência no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
87	RQS 26/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Luiz de Almeida, informações sobre relatório recebido de representantes da Câmara dos Deputados e da Sociedade Civil sobre o Programa Abrace o Marajó no dia 31 de janeiro deste ano. Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento ao ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania de informações sobre relatório recebido de representantes da Câmara dos Deputados e da Sociedade Civil sobre o Programa Abrace o Marajó no dia 31 de janeiro deste ano. Tem por finalidade o acesso a documentos que embasariam recente crítica governamental ao desempenho do Programa Abrace o Marajó, planejado e executado pelo então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O Requerimento em análise aponta para um relatório entregue ao atual Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania aos 2 de fevereiro deste ano. Após receber, em audiência, de representantes da Câmara dos Deputados e da sociedade civil o mencionado relatório, o Ministério divulgou que "seguirá na apuração do relatório e promoverá uma auditoria com objetivo de detalhar o uso indevido do Estado pela gestão anterior". O Requerimento demanda o envio do mencionado relatório, assim como acesso à lista e aos processos eletrônicos, no âmbito do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), que tratam do Programa Abrace o Marajó, que tratam de seu plano de ação, e, por fim, que tratam do edital de chamamento público publicado e finalizado em 2022. Demanda, outrossim, o acesso documentos que comprovem suposto uso indevido do programa para "beneficiar interesses estrangeiros, sem participação social e sem beneficiar cidadãos da região" e a "ausência de articulação entre os poderes estaduais, municipais e popular" na execução do programa, conforme afirmações dos representantes recebidos pelo Sr. Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
88	REQ 87/2023 - CAS Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Saúde, Nísia Verônica Trindade Lima, informações sobre a política de dispensação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM) a pessoas com deficiência pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento à ministra da Saúde de informações sobre a política de dispensação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM) a pessoas com deficiência pelo Sistema Único de Saúde (SUS). No documento, constam os seguintes questionamentos: a) Quais são as principais órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM) da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (Tabela SUS), ligadas ao ato cirúrgico ou não, que são dispensadas para a atenção à saúde das pessoas com deficiência no SUS? Solicita-se listar esses produtos em planilha eletrônica, com seu respectivo código na Tabela SUS; b) Em relação às OPM listadas em resposta ao item (1), a que tipo de deficiências elas se destinam no processo de reabilitação, principalmente? Qual é o custo aproximado de cada um desses itens? Solicita-se apresentar classificação e custo, em planilha eletrônica, para cada código da Tabela SUS; c) Para quais deficiências há protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas (PCDT), ou outras padronizações de conduta, estabelecidos para a atenção às pessoas com deficiência? Quais são? D) Qual é a participação dos entes federados no financiamento das OPM dispensadas às pessoas com deficiência? Que itens (descrever em planilha eletrônica) são financiados por Municípios, por Estados e pela União? Como ocorre a composição desse custeio? E) Existe, formalmente, uma fila de espera por OPM no SUS? Como essa fila está organizada e quem faz sua gestão? Ela é centralizada em alguma esfera de gestão do SUS? F) O Ministério da Saúde tem alguma estimativa do número de pacientes com deficiência que hoje aguardam pela dispensação de OPM? Solicita-se listar a quantidade desses pacientes, em planilha eletrônica, para cada código da Tabela SUS. G) O Ministério da Saúde tem alguma estimativa do tempo de espera que os pacientes com deficiência aguardam para a dispensação da OPM de que necessitam? Solicita-se listar esse tempo de espera, em planilha eletrônica, para cada código da Tabela SUS. H) Qual é o valor orçamentário necessário, estimado pelo Ministério da Saúde, para satisfazer a fila de pacientes com deficiência que aguardam pela dispensação de OPM? Quanto desse valor estimado se destina a cada código (listar em planilha eletrônica) de OPM da Tabela SUS? I) Quantos itens de OPM, em cada código da Tabela SUS, hoje são aguardados pelos pacientes com deficiência? Solicita-se listar em planilha eletrônica. J) Quais são os critérios geográficos e epidemiológicos para a distribuição territorial de Oficinas Ortopédicas, nos Estados? K) Das OPM dispensadas pelo SUS nos últimos cinco anos, quantas eram pré-fabricadas e quantas foram produzidas sob-medida (ou com fabricação própria), pelo SUS? No caso de reparos, quais serviços estão habilitados para fazer os reparos e quantos foram realizados? Em qual prazo? Solicita-se discriminar em planilha eletrônica os quantitativos por ano e por código da Tabela SUS. L) Dos pacientes com deficiência atendidos na Atenção Básica e referenciados aos níveis de atenção de maior complexidade, quantos chegam a ser assistidos nos Centros Especializados em Reabilitação? M) Qual é a atual demanda não satisfeita, para cada unidade da federação, por Oficinas Ortopédicas e por Centros Especializados em Reabilitação (CER) para pessoas com deficiência?
89	RQS 8/2024 Ementa: Requer informações ao Senhor André de Paula, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, sobre a chegada, em território brasileiro, de uma remessa contendo 25 toneladas de filé de tilápia originário do Vietnã, ocorrida em dezembro de 2023. Autoria: Senador Jorge Seif [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento ao ministro da Pesca e Aquicultura de informações sobre a chegada, em território brasileiro, de uma remessa contendo 25 toneladas de filé de tilápia originário do Vietnã, ocorrida em dezembro de 2023. São requeridas as seguintes informações: a) Em relação aos acordos comerciais entre Brasil e Vietnã, qual foi o momento da instauração da liberalização do mercado de tilápia proveniente do Vietnã? B) Existe, presentemente, uma Análise de Risco de Importação (ARI) para avaliação exauriente dos perigos sanitários inerentes à espécie de tilápia oriunda do Vietnã? Se positivo, qual a data de sua execução? C) Não obstante a contrariedade à legislação nacional e às diretrizes internacionais consignadas no Código Sanitário de Animais Aquáticos da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), é fidedigno afirmar que a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) concebeu, do ponto de vista sanitário, que o mercado da tilápia proveniente do Vietnã já se encontrava aberto devido à similitude em seu processo produtivo, em despeito das restrições legais? D) Está o Brasil devidamente preparado para responder a eventualidade da introdução e propagação do vírus denominado "TiLV" (Tilápia Lake Virus)?

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
90	REQ 3/2023 - CDD Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre o atraso nos repasses dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, apontando se são frequentes atrasos deste tipo e quantas vezes ocorreram nos últimos 8 anos, apontando as causas desses atrasos em cada uma das vezes que ocorreram e que medidas foram adotadas para solucionar o problema. Autoria: Senador Carlos Portinho [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento ao ministro da Fazenda de informações sobre o atraso nos repasses dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, apontando se são frequentes atrasos deste tipo e quantas vezes ocorreram nos últimos 8 anos, apontando as causas desses atrasos em cada uma das vezes que ocorreram e que medidas foram adotadas para solucionar o problema. De forma mais específica, requisita-se: 1. informações sobre o atual atraso nos repasses dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, quais as razões desse atraso e quais as perspectivas para solução dos problemas e regularização da situação; e 2. quantas vezes atrasos semelhantes ocorreram nos últimos 3 (três) anos, apontando as causas e soluções adotadas em cada um dos atrasos.
91	REQ 2/2023 - CDD Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira, informações sobre o atraso nos repasses dos recursos dos royalties de petróleo aos municípios, apontando se são frequentes atrasos deste tipo e quantas vezes ocorreram nos últimos 8 anos, apontando as causas desses atrasos em cada uma das vezes que ocorreram e que medidas foram adotadas para solucionar o problema. Autoria: Senador Carlos Portinho [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento ao ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira de informações sobre o atraso nos repasses dos recursos dos royalties de petróleo aos municípios, apontando se são frequentes atrasos deste tipo e quantas vezes ocorreram nos últimos 8 anos, as causas desses atrasos em cada uma das vezes que ocorreram e que medidas foram adotadas para solucionar o problema. De forma mais específica, requisita-se: 1. informações sobre o atual atraso nos repasses dos recursos dos royalties de petróleo aos municípios, quais as razões desse atraso e quais as perspectivas para solução dos problemas e regularização da situação; e 2. quantas vezes atrasos semelhantes ocorreram nos últimos 3 (três) anos, apontando as causas e soluções adotadas em cada um dos atrasos.
92	RQS 903/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, informações sobre a relação do Brasil com o Irã, no âmbito da política de relações exteriores do atual governo. Autoria: Senador Eduardo Girão [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento ao ministro das Relações Exteriores de informações sobre a relação do Brasil com o Irã, no âmbito da política de relações exteriores do atual governo, com os seguintes quesitos: 1. Qual o nível de relação do Brasil com o Irã? 2. Quem, do Corpo Diplomático Brasileiro, mantém contato com os integrantes do Irã? 3. Que fatores justificam a manutenção de contato do Brasil com o Irã? 4. Por que o governo brasileiro aprovou a entrada do Irã no BRICS, considerando ser uma ditadura e estar isolada no contexto das relações internacionais devido sua insistente postura discriminatória e antidemocrática? 5. Que acordos o Brasil celebrou com o Irã no corrente ano? 6. Que ações o Ministério das Relações Exteriores adotou para condenar as persistentes violações dos direitos humanos do Irã? E 7. Que ações o Ministério das Relações Exteriores adotou para condenar a sistemática perseguição às mulheres no Irã?

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
93	RQS 150/2024 Ementa: Requer informações ao Senhor Ricardo Lewandowski, Ministro de Estado da Justiça, sobre as práticas da Petrobras em relação à recompra de refinarias, operações atípicas no mercado de derivativos indicativas de uso de informação privilegiada, e as potenciais violações das regras de concorrência. Autoria: Senador Rogerio Marinho [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação com emendas	Requerimento ao ministro da Justiça e Segurança Pública de informações e documentos, no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), sobre as práticas da Petrobras em relação à recompra de refinarias, operações atípicas no mercado de derivativos indicativas de uso de informação privilegiada, e as potenciais violações das regras de concorrência. Mais especificamente, são feitas as seguintes solicitações: 1. Os registros de venda de petróleo da Petrobras para suas próprias refinarias e para refinarias privadas, incluindo preços, volumes e datas, referentes aos últimos 12 meses; 2. Cópias dos termos de compromisso de cessação originais e de quaisquer documentos relacionados a tentativas de renegociação por parte da Petrobras, bem como as justificativas apresentadas pela empresa para tais renegociações; 3. Cópias de auditorias externas, revisões regulatórias, ou relatórios de compliance referentes à governança corporativa da Petrobras realizados nos últimos dois anos; 4. Solicita-se o compartilhamento de estudos ou relatórios produzidos ou adquiridos pelo CADE sobre a concorrência no setor de refino de petróleo no Brasil, especialmente relacionados ao impacto das ações da Petrobras sobre a concorrência e preços ao consumidor; 5. Qualquer correspondência entre a Petrobras e o CADE referente à venda de ativos de refino e aos possíveis impactos na concorrência do mercado; 6. Avaliações ou estudos sobre o impacto econômico das práticas anticoncorrenciais supostamente adotadas pela Petrobras, incluindo efeitos sobre preços ao consumidor e investimentos no setor; 7. Informações detalhadas e documentos relacionados às operações atípicas no mercado de derivativos da Petrobras, especificamente a compra de opções "put" que antecederam a divulgação de informações impactantes ao mercado, incluindo registros de transações e identificação das partes envolvidas; 8. Estudos que tenham informado ao CADE sobre eventuais impactos sobre os resultados da companhia e para os acionistas, bem como análises do efetivo impacto causado nos resultados em razão do descolamento, para baixo, dos preços de gasolina e diesel havidos a partir de maio de 2023; 9. Cópia dos registros das deliberações da diretoria e do conselho de administração da Petrobras referentes à política de preços para suas próprias refinarias em comparação com as refinarias privadas; e 10. Por que o CADE não aplicou medida cautelar, enquanto estudava o mercado, de forma a obrigar a Petrobras a praticar venda de petróleo a refinarias independentes nas mesmas condições que pratica às suas próprias refinarias? "
94	RQS 929/2023 Ementa: Requer informações à Senhora Nísia Verônica Trindade Lima, Ministra de Estado da Saúde, sobre as manifestações do Ministério da Saúde que subsidiaram o Presidente da República para a tomada de decisão sobre a sanção, com oposição de veto parcial, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2023, derivado da Medida Provisória nº 1.154, de 2023. Autoria: Senador Dr. Hiran [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Trata-se de requerimento para que sejam prestadas informações, pela Sra. Nísia Verônica Trindade Lima, Ministra de Estado da Saúde, sobre as manifestações do Ministério da Saúde que subsidiaram o Presidente da República para a tomada de decisão sobre a sanção, com oposição de veto parcial, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2023, derivado da Medida Provisória nº 1.154, de 2023, que "estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios".

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
95	REQ 32/2024 - CCDD Ementa: Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações informação referente à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIODIFUSÃO SINTONIA CARMO DE MINAS FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Carmo de Minas, estado de Minas Gerais, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 750, de 2021. Autoria: Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento ao ministro das Comunicações de informação referente à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIODIFUSÃO SINTONIA CARMO DE MINAS FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Carmo de Minas/MG, mais especificamente manifestação quanto à regularidade da entidade em relação ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, ao tempo da edição da Portaria nº 520, de 9 de maio de 2016. O presente requerimento visa a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 750, de 2021. Se aprovado o requerimento, ficará interrompida a sua tramitação, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.
96	REQ 33/2024 - CCDD Ementa: Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações informação referente à autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS DA PIRAUÍRA para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Limoeiro, estado de Pernambuco, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 802, de 2021. Autoria: Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	O Requerimento visa a obter do ministro das Comunicações a informação referente à autorização outorgada à Associação dos Moradores da Comunidade São Francisco de Assis da Pirauíra para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Limoeiro, estado de Pernambuco: certidões de distribuição de feitos criminais dos dirigentes da entidade, expedidas pela Justiça Federal e pela Justiça Estadual dos respectivos locais de residência nos cinco anos anteriores à edição da Portaria nº 1.523, de 10 de maio de 2016. O presente requerimento visa a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 802, de 2021. Se aprovado o requerimento, ficará interrompida a sua tramitação, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.
97	RQS 491/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Saúde, informações sobre a infecção por HTLV no Brasil. Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento à ministra da Saúde de informações sobre a infecção por vírus linfotrópico de células T humano (HTLV) no Brasil, detalhando-se: a) descrição das políticas públicas e do planejamento governamental para a prevenção da infecção por HTLV no Brasil, o diagnóstico precoce e o tratamento das pessoas infectadas; b) informações atualizadas sobre a prevalência da doença no Brasil; e c) informações sobre os atendimentos realizados no âmbito do SUS em relação a esses retrovírus às doenças a eles associadas, ano a ano, nos últimos 10 anos.

Data da reunião: 09/04/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
98	RQS 1011/2023 Ementa: Requer informações ao Senhor Flávio Dino de Castro e Costa, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, sobre a mudança de protocolo pela Polícia Federal na troca de informações com Israel. Autoria: Senador Marcos Rogério [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento ao ministro da Justiça e Segurança Pública de informações sobre a mudança de protocolo pela Polícia Federal na troca de informações com Israel.

2ª Parte - PROJETOS DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	PRS 18/2019 Ementa: Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar da Advocacia no Senado Federal. Autoria: Senador Rodrigo Pacheco [tramitação] Não Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela aprovação	O projeto institui a Frente Parlamentar da Advocacia no Senado Federal (SF), qualificada como órgão político de caráter suprapartidário e composta por membros do SF. Essa será regida por regulamento aprovado pelos seus integrantes, bem como, no que couber, pelo Regimento Interno do SF. Terá como finalidades: a) reunir Senadores e Senadoras com interesse na regulamentação legal, na higidez das prerrogativas e na efetividade dos deveres relativos à atividade de advocacia militante; b) ouvir profissionais da área jurídica que possam colaborar com o fortalecimento, regulamentação eficiente e aprimoramento da advocacia militante; c) acompanhar a tramitação de proposições que tenham por objeto a atividade, as prerrogativas, os deveres, a remuneração e a atuação da advocacia militante; e d) promover debates, análises técnicas e outros eventos correlatos relacionadas às finalidades anteriormente mencionadas e tomar quaisquer outras medidas com elas compatíveis. Ademais, prevê que o SF prestará colaboração às suas atividades.
2	PRS 62/2023 Ementa: Institui a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa. Autoria: Senadora Damarens Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	O projeto institui a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa, que terá os objetivos de: a) ouvir a sociedade e propor medidas relacionadas ao bem-estar da pessoa idosa; b) realizar eventos sobre a temática; e c) articular iniciativas de interesse da pessoa idosa junto ao governo e à sociedade civil.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
3	PRS 72/2023 Ementa: Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Japão. Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	O projeto institui o Grupo Parlamentar Brasil-Japão, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos. Esse será integrado pelos membros do Senado Federal que a ele livremente aderirem, e o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional será seu membro nato. A cooperação ocorrerá por meio de: a) visitas parlamentares; b) congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas; c) permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa; d) intercâmbio de experiências parlamentares; e e) outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo Parlamentar. Ademais, o colegiado poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como cooperação técnica, com entidades nacionais e estrangeiras.

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.